



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 74.493.065/0001-52 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 09/06/1994</div>
--	---	--

NOME EMPRESARIAL  
LAR DA CRIANCA RENASCER

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)  
\*\*\*\*\*

PORTE  
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL  
87.30-1-99 - Atividades de assistência social prestadas em residências coletivas e particulares não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS  
Não informada

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA  
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO  
R PAULO ELIAS ANTONIO

NÚMERO  
919

COMPLEMENTO  
\*\*\*\*\*

CEP  
14.807-268

BAIRRO/DISTRITO  
JARDIM AGUA BRANCA

MUNICÍPIO  
ARARAQUARA

UF  
SP

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE  
(016) 2360-155

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)  
\*\*\*\*\*

SITUAÇÃO CADASTRAL  
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL  
28/07/1998

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL  
\*\*\*\*\*

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 10/12/2025 às 11:21:23 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



# LAR DA CRIANÇA RENASCER

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 PLS. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2.001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 34 DE MAIO DE 2004. PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.01238/2004-33 - PORTARIA Nº 3415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
D.O.U. DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## ANEXO VIII

### DECLARAÇÃO DE REQUISITOS ESTATUTÁRIOS

Eu, Ricardo Capparelli, brasileiro, portador do RG nº 4.109.311-2, e CPF nº 549.332.008-82, residente e domiciliado à Rua Itália Comito Lima nº 301, representante legal da Organização da Sociedade Civil\_LAR DA CRIANÇA RENASCER com Sede à Rua Paulo Elias Antônio, nº 919, Bairro Jardim Água Branca, na cidade de Araraquara inscrita no CNPJ nº 74.493.065.0001-52, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa e nos termos da Lei Federal 13.019/2014, art. 33, DECLARO, conforme os itens abaixo relacionados, sobre o atendimento aos requisitos estatutários da Organização em tela:

ITEM	REQUISITO	INDICAR O ARTIGO (s)	ATENDIDO	
			SIM	NÃO
1	Objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social referente ao Objeto da Parceria	Art 2º	X	
2	Que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos deste Decreto e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;	Art 42º	X	
3	Escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade	Art 38 letra f	X	

Araraquara 16 de Dezembro 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente

PROTOCOLO/PRENOTAÇÃO  
11931 0v  
2º REGISTRO CIVIL DE PESSOA  
JURÍDICA - ARARAQUARA/SP

# **ESTATUTO**

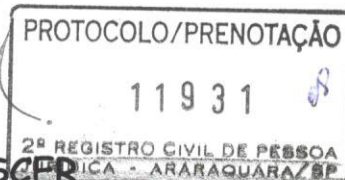
## **DO**

### **LAR DA CRINÇA**

### **RENASCER**

RICARDO CAPPARELLI  
OAB 46.491-SP  
FIC 549.332.000-02





# ESTATUTO DO LAR DA CRIANÇA RENASCER

## CAPÍTULO PRIMEIRO

A DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS

**ARTIGO PRIMEIRO:-** O LAR DA CRIANÇA RENASCER, fundado em 10 de Fevereiro de 1.994, é uma sociedade civil de caráter Filantrópico, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta cidade de Araraquara, comarca de Araraquara, Estado de São Paulo.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Instituição tem como domicílio a Cidade e Comarca de Araraquara, na Rua Paulo Elias Antônio, n.º 919 – Jardim Águia Branca.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Instituição funcionará por tempo indeterminado.

**ARTIGO SEGUNDO:-** A Entidade tem por finalidade:

a) A Entidade presta serviços de acolhimento Institucional à Crianças e Adolescentes de ambos os sexos que tiveram violação de seus direitos, na faixa etária compreendida entre recém-nascidos, até a idade de 18 anos ou a critério da diretoria, sem distinção de raça, cor, credo político ou religioso, em sistema de casa lar;

b) proporcionar ao menor, atendimento a nível bio-psico-sócio-educacional que favorecerá a sua integração na sociedade;

c) abrigar os recém-nascidos, bem como os demais, sempre que possível com determinação judicial, ou outro documento legal a ser revisto pelo Departamento Jurídico da Entidade.

d) A Entidade poderá a qualquer tempo promover a Segurança Alimentar e Nutricional da população Carente e/ou Vulnerável.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A Instituição atenderá preferencialmente menores residentes no Município e Comarca de Araraquara-SP

**ARTIGO TERCEIRO:-** A Entidade terá um regime internato que, aprovado pela Diretoria, disciplinará o seu funcionamento.

**ARTIGO QUARTO:-** A fim de cumprir as suas finalidades, a Entidade poderá organizar e manter tantas dependências quantas se fizerem necessárias as quais se regerão pelo regimento interno.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A Entidade poderá a qualquer tempo Firmar Convênios com Órgãos Públicos Federais, Estaduais e Municipais.







## CAPÍTULO SEGUNDO

### DOS ASSOCIADOS

**ARTIGO QUINTO:-** A entidade é constituída por números ilimitados de associados, distinguidos pelas seguintes categorias:

- a) contribuintes, os que se propõe a contribuir regularmente com as taxas fixadas pela Diretoria;
- b) beneméritos, os que se distinguirem com a outorga de benefícios relevantes à Entidade, a juízo da Administração.

**ARTIGO SEXTO:-** São direitos dos associados, quites com as suas obrigações sociais;

- a) votar e ser votado para cargos eletivos;
- b) tomar posse nas Assembléias Gerais;

**ARTIGO SÉTIMO:-** São deveres dos associados:

- a) cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- b) acatar as determinações da Diretoria e as resoluções das Assembléias.
- c) A exclusão do associado só é admissível havendo justa causa, obedecido o disposto no estatuto; sendo este omissivo, poderá também ocorrer se for reconhecida a existência de motivos graves, em deliberação fundamentada, pela maioria absoluta dos presentes à assembléia geral especialmente convocada para esse fim;
- d) Da decisão do órgão que, de conformidade com o estatuto, decretar a exclusão, caberá sempre recurso à assembléia geral;
- e) Nenhum associado poderá ser impedido de exercer direito ou função que lhe tenha sido legitimamente conferido, a não ser nos casos e pela forma previstos na lei ou no estatuto;

**ARTIGO OITAVO:-** Os associados não respondem nem mesmo solidariamente pelos encargos da Instituição.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### DA ADMINISTRAÇÃO

seguintes órgãos:

**ARTIGO NONO:-** A Instituição será administrada pelos

- a) Assembléia Geral;
- b) Conselho de Administração;
- c) Diretoria;
- d) Conselho Fiscal;
- e) Conselho Assistencial



## **CAPÍTULO QUARTO**

### **I – DA ASSEMBLÉIA GERAL**

**ARTIGO DÉCIMO:-** A Assembléia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á dos associados em pleno gozo de seus direitos volitivos e estatutários.

**ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO:-** A Assembléia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração, por meio de edital afixado na sede e publicado na imprensa local, com antecedência de 15 (quinze) dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A Assembléia Geral também poderá ser convocada pelo Presidente do Conselho de Administração através de carta endereçada a todos os associados .

**ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO:-** A Assembléia Geral instalar-se-á à hora estabelecida em primeira convocação, com a presença de, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos associados; e em Segunda convocação 1 (uma) hora após com qualquer número de associados.

**PARÁGRAFO ÚNICO:-** As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração e Secretariadas pelo Secretário do Conselho, delas lavrando-se ata, em livro próprio que será assinada pela mesa e por um grupo de associados presentes designado pela Assembléia.

**ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO:-** As deliberações nas assembléias gerais serão tomadas pela maioria de voto dos associados presentes com direito de votar.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** os votos podem ser dados pela forma simbólica, nominal ou secreta conforme seja decidido pela Assembléia Geral.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** não será permitida a representação por meio de mandatário.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** quando houver empate nas votações, o Presidente da Assembléia terá voto de qualidade para desempatar.

### **II – DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**

**ARTIGO DÉCIMO QUARTO:-** A Assembléia Geral, realizar-se-á anualmente na Segunda quinzena do mês de Janeiro.

**ARTIGO DÉCIMO QUINTO:-** Compete à Assembléia Geral Ordinária deliberar sobre os seguintes assuntos; que deverão contar da ordem do dia:

a) relatório das atividades desenvolvidas no exercício findo em 31 de dezembro do ano anterior;



- corrente;
- b) plano de atividades a serem executadas no exercício
  - c) balanço patrimonial e demonstração das contas de receita e despesas, com parecer do Conselho Fiscal;
  - d) eleição quando for o caso, dos membros do Conselho de Administração e seus suplentes, do Conselho Fiscal e seus suplentes;
  - e) quaisquer outros assuntos de interesse associados, exceto os enumerados no artigo 17 (dezesete).

### III – DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

**ARTIGO DÉCIMO SEXTO:-** A Assembléia Geral extraordinária realizar-se-á, sempre que necessário e poderá deliberar sobre qualquer assunto de interesse da Entidade, desde que mencionadas no edital de convocação.

**ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO:-** É da competência exclusiva da Assembléia Geral extraordinária deliberar sobre os seguintes assuntos:

- a) reforma do estatuto;
- b) fusão, incorporação ou desmembramento;
- c) dissolução voluntária da Entidade e nomeação de liquidante;
- d) contas dos liquidantes

**PARÁGRAFO ÚNICO:** São necessários votos de 1/5 (um quinto) dos associados presentes, para tornar válidas as deliberações de que trata este artigo.

### CAPÍTULO QUINTO

#### DAS ELEIÇÕES

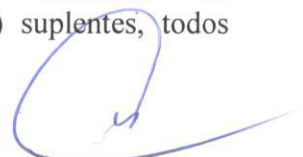
**ARTIGO DÉCIMO OITAVO:-** A eleição para o conselho de Administração e o Conselho Fiscal obedecerá as normas abaixo:

- a) os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal serão eleitos em Assembléia Geral por escrutínio secreto, considerando-se eleita a chapa mais votada;
- b) somente poderão concorrer os candidatos inscritos por chapa completa, registrada na entidade até 10 (dez) dias antes da eleição.

### CAPÍTULO SEXTO

#### DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

**ARTIGO DÉCIMO NONO:-** O Conselho de Administração será constituído de 12 (doze) membros efetivos e 3 (Três) suplentes, todos associados, eleitos pela Assembléia Geral.





**ARTIGO VIGÉSIMO:-** O mandato dos membros do Conselho de Administração será de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

**ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO:-** COMPETE AO CONSELHO ADMINISTRATIVO:

- a) eleger e empossar a Diretoria;
- b) examinar orçamento anual elaborado pela Diretoria;
- c) deliberar sobre as consultas feitas pela Diretoria;
- d) convocar os suplentes para preencherem as vagas em cargos de Diretoria;
- e) Examinar e votar as contas e os atos de gestão da diretoria, antes de sua apreciação pela Assembléia Geral.
- f) Em sua primeira reunião, o Conselho elegerá seu Presidente e Secretário, bem como procederá a eleição e posse dos membros da Diretoria.

**ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO:-** O Conselho de Administração, reunir-se-á, ordinariamente a cada dois meses e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação de seu Presidente ou por solicitação da Diretoria.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:-** Em sua reunião, o Conselho elegerá seu Presidente e Secretário, bem como procederá a eleição e posse dos membros da Diretoria.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:-** As deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão de Ata em livro próprio.

**ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO:-** COMPETE AO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO;

- a) convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração;
- b) convocar e presidir as Assembléias Gerais;
- c) assinar juntamente com o Secretário, as Atas das reuniões do Conselho, bem como das Assembléias Gerais, observado neste caso, o disposto no parágrafo único do artigo 12 (doze);
- d) Ter voto de desempate nas decisões do Conselho da Administração e das Assembléias Gerais.

**ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO:-** COMPETE AO SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- a) substituir o Presidente do Conselho em suas faltas ou impedimentos;
- b) redigir e assinar, juntamente com o Presidente, as Atas das reuniões do Conselho, bem como as das Assembléias Gerais, observadas, neste caso, o disposto no parágrafo único do artigo 12 (doze).



## **CAPÍTULO SÉTIMO**

### **DA DIRETORIA**

**ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO:-** A Diretoria será composta de 7 (sete) membros todos associados, a saber; Presidente; Primeiro Presidente; Segundo Vice Presidente; Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro; Primeiro Secretário; Segundo Secretário; eleitos pelo Conselho de Administração.

**PARÁGRAFO ÚNICO:-** Os membros da Diretoria poderão Ter entre si, laços de parentesco, com exceção do Presidente e do Tesoureiro.

**ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO:-** O mandato da Diretoria será de 3 (Três) anos, permitida a reeleição.

**ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO:-** Compete à Diretoria promover a realização dos fins que se destina a Entidade.

**PARÁGRAFO ÚNICO:-** No desempenho de suas funções, cabem-lhes, entre outras, as seguintes atribuições:

a) elaborar instruções e regimentos internos necessários à boa ordem das atividades e serviços em geral;

b) elaborar o relatório anual de atividades, o plano de atividades a serem executados, providenciar o balanço e demonstração das contas de receita e despesas para apreciação da Assembléia Geral Ordinária, conforme previsto no artigo 15 (quinze), letras a, b e c;

c) verificar mensalmente, no mínimo, a situação financeira da Entidade, através de balancetes ou demonstrativos específicos;

d) prover os cargos necessários ao bom funcionamento dos serviços técnicos e administrativos, fixando salários e atribuições dos empregados;

e) adquirir, alienar ou ordenar bens imóveis com a autorização prévia da Assembléia Geral, ouvidos o Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

**ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO:-** A diretoria reunir-se-à ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que necessário, por convocação do Presidente e suas deliberações, tomadas por maioria de votos, serão consignadas em Atas, lavradas em livro próprio.

### **PRESIDENTE:**

extra-judicialmente;

**ARTIGO VIGÉSIMO NONO:-** COMPETE AO

a) representar a Entidade ativa, passiva, judicial e



- regimento interno;
- b) cumprir e fazer cumprir o estatuto e o
- c) convocar e presidir as reuniões da Diretoria;
- d) assinar cheques, títulos e documentos de que resulte responsabilidade financeira, com um dos seguintes Diretores: Primeiro Vice Presidente; Segundo Vice-Presidente; Primeiro e Segundo Tesoureiro;
- e) elaborar, acessorado pelos demais Diretores, o relatório anual de atividades e o plano de atividades a executar, a ser apresentado à Assembléia Geral.
- f) assinar, com o tesoureiro, a correspondência e documento relativos aos assuntos financeiros e, com o Secretário, a correspondências e demais papéis de natureza Administrativa;
- g) admitir e demitir empregados;
- h) distribuir funções entre Diretores e colaboradores e avaliar resultados;
- i) resolver com a Diretoria os casos no estatuto;
- j) Ter presença atuante dentro da Instituição, tomando conhecimento do desenvolvimento geral das atividades, liderando o que se realizar na entidade ou delegando suas funções quando não puder estar presente;
- k) Promover o andamento da Instituição com os objetivos que possui e os meios de que se utiliza para os alcançar.

**ARTIGO TRIGÉSIMO:- COMPETE AO PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE:**

- a) substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- b) assinar cheques, títulos e documentos de que resulte responsabilidade financeira, com um dos seguintes Diretores: Presidente, Segundo Vice-Presidente, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro;
- c) prestar de modo geral, sua colaboração ao Presidente;
- d) desempenhar os demais encargos que lhe forem atribuídos, constantes do Regime Interno.

**ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO:- COMPETE AO SEGUNDO VICE-PRESIDENTE:**

- a) substituir o Presidente em suas ausências ou impedimentos;
- b) assinar cheques, títulos e documentos de que resulte responsabilidade financeira, com um dos seguintes Diretores: Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro;
- c) prestar de modo geral, sua colaboração ao Presidente;
- d) desempenhar os demais encargos que lhe forem atribuídos, constante do regime interno.



**ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO:- COMPETE**

AO PRIMEIRO TESOUREIRO;

- a) dirigir e controlar a arrecadação da recita social e depositá-la nas contas bancárias da entidade, de acordo com as normas fixadas pela Diretoria;
- b) manter em dia e em ordem o livro caixa e demais livros e registros contábeis;
- c) ter sob sua guarda e responsabilidade o numerário em Caixa, no limite fixado pela Diretoria;
- d) pagar as contas autorizadas pelo Presidente, à vista da respectiva documentação, arquivando-a adequadamente;
- e) apresentar mensalmente o balancete à Diretoria e ao Conselho Fiscal para apreciação o posterior afixação no mural da Entidade;
- f) a assinar cheques, títulos e documentos de que resulte responsabilidade financeira, com um dos seguintes Diretores: Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Segundo Tesoureiro;
- g) assinar, com o Presidente, a correspondência e documentos relativos aos assuntos financeiros;
- h) providenciar para que sejam apresentadas, nas épocas próprias, as solicitações de auxílios ou subvenções aos órgãos públicos competentes de acordo com a orientação do Presidente, bem como as respectivas prestações de contas;
- i) apresentar, findo o exercício, o balanço patrimonial e a demonstração das contas de receitas e despesas, com parecer do Conselho fiscal, para apreciação da Assembléia Geral;
- j) desempenhar os demais encargos que lhe forem confiados, constantes do regimento interno.

**ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO:- COMPETE**

AO SEGUNDO TESOUREIRO

- a) substituir o Primeiro Tesoureiro suas faltas ou impedimentos;
- b) a assinar cheques, títulos e documentos de que resulte responsabilidade financeira, com um dos seguintes Diretores: Presidente, Primeiro Vice-Presidente, Primeiro Tesoureiro;
- c) auxiliar o Primeiro Tesoureiro no desempenho de suas funções;
- d) desempenhar os demais encargos que lhe forem atribuídos, constantes do regimento interno;

**ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO:- COMPETE AO**

PRIMEIRO-SECRETÁRIO:

- a) organizar e orientar os serviços da Secretária;



- as respectivas Atas;
- b) secretaria as reuniões de Diretoria, redigindo
- atividades da Instituição;
- c) dar publicidade nos meios de comunicação às
- d) manter em dia e em ordem o fichário de associados;
- e) auxiliar o Presidente na elaboração do relatório anual
- de atividades;
- f) assinar, com o Presidente na elaboração do
- relatório anual de atividades;
- g) responsabilizar-se pelos livros, pastas e
- arquivo morto da Entidade, organizando todo o acervo da Instituição;
- h) desempenhar os demais encargos que lhe
- forem confiados, constantes do regimento interno.

#### AO SEGUNDO SECRETÁRIO

#### ARTIGO TRIGÉSIMO QUINTO:- COMPETE

- faltas e impedimentos;
- a) substituir o Primeiro Secretário em suas
- b) auxiliar o Primeiro Secretário no
- c) desempenhar os demais cargos que lhe forem
- atribuídos, constantes do regimento interno.

#### CAPÍTULO OITAVO

#### DO CONSELHO FISCAL

**ARTIGO TRIGÉSIMO SEXTO:-** O Conselho Fiscal será constituído de 3 (três) membros efetivos e 3 (três) suplentes, todos associados., eleitos pela Assembléia Geral.

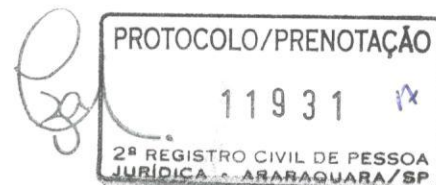
**PARÁGRAFO ÚNICO:-** Não podem fazer parte do Conselho Fiscal, parentes dos Diretores ou de Membros do Conselho de Administração até o segundo grau em linha reta ou colateral, bem como os parentes entre si até este grau.

**ARTIGO TRIGÉSIMO SÉTIMO:-** O mandato dos membros do Conselho Fiscal será de 3 (Três) anos de permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:-** Em caso de vacância, o mandato será assumido por um dos suplentes até o seu término.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:-** Ocorrendo 3 (três) ou mais vagas, convocar-se-á à Assembléia Geral para o seu preenchimento.

**ARTIGO TRIGÉSIMO OITAVO:-** Compete ao Conselho Fiscal;



Entidade e documentos pertinentes;  
respeito;  
de receita e despesas que acompanham o relatório anual da Diretoria, emitindo parecer;  
gravame de bens imóveis;  
a Diretoria julgue conveniente ouvi-los;

- a) examinar os livros de escrituração da
- b) examinar os balancetes mensais, opinando a
- c) apreciar o balanço e demonstração das contas
- d) opinar sobre a aquisição, alienação ou
- e) opinar sobre outros casos a respeito dos quais

**PARÁGRAFO ÚNICO:-** O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez pôr mês e extraordinariamente sempre que necessário.

## **CAPÍTULO NONO**

### **DO PATRIMÔNIO**

**ARTIGO TRIGÉSIMO NONO:-** Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal, não poderão perceber qualquer remuneração, bonificação, ou vantagem pelo exercício das suas atividades, que serão inteiramente gratuitas.

**ARTIGO QUADRAGÉSIMO:-** O Patrimônio da Entidade será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, ações, títulos de dívida pública e disponibilidade financeira proveniente das contribuições dos sócios, donativos, subvenções e rendas diversas, auferidas junto à comunidade.

**ARTIGO QUADRAGÉSIMO PRIMEIRO:-** A Instituição aplicará suas rendas, receitas, doações, resultados operacionais, contribuições dos associados e rendimentos dentro do Território Nacional e na Manutenção e no Desenvolvimento de seus objetivos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os recursos advindos dos poderes públicos deverão ser aplicados dentro do Município de sua Sede, ou, caso houver unidades prestadores a ela vinculada no âmbito do Estado Concussor.

**ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEGUNDO:-** No caso de dissolução da Entidade, os bens remanescentes serão destinados a outra Instituição congênere, com personalidade jurídica registrada no conselho Nacional de Serviço Social e com sede no município de Araraquara, Estado de São Paulo.

## **CAPÍTULO DÉCIMO**

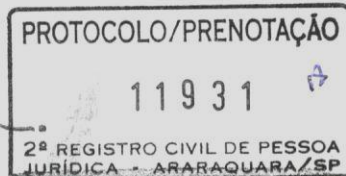
### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**ARTIGO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO:-** A Entidade será dissolvida pôr decisão da Assembléia Geral extraordinária, especialmente





20



convocada para esse fim, quando se torne impossível a continuação de suas atividades, respeitando o disposto no parágrafo único do artigo 17 (dezesete).

#### ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUARTO:-

Deliberada a dissolução pela Assembléia Geral, esta nomeará um liquidante ou mais nos termos da letra C do parágrafo 17 (dezesete), e um Conselho Fiscal de 3 (Três) membros para a liquidação nos termos da lei.

#### ARTIGO QUADRAGÉSIMO QUINTO:- O

presente estatuto poderá ser reformado, no todo ou em parte, em qualquer tempo, por decisão dos associados reunidos em Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocadas para esse fim, observando o que se contém no parágrafo único do artigo 17 (dezesete) e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

#### ARTIGO QUADRAGÉSIMO SEXTO:- Na

Assembléia em que for aprovado o presente estatuto, proceder-se à eleição e posse dos membros do Conselho Fiscal, observando o disposto no artigo 36 (trinta e seis) e seu parágrafo único, bem como ao preenchimento dos cargos vagos no Conselho de Administração, se superiores a 3 (três).

#### ARTIGO QUADRAGÉSIMO SÉTIMO:- Os

casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria, ouvidos o Conselho de Administração e Conselho Fiscal e as decisões referendas pela Assembléia Geral.

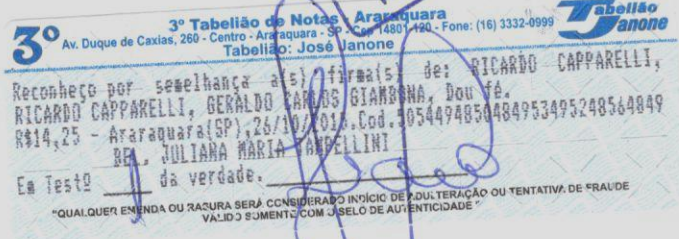
Conforme Ata da Assembléia Geral Extraordinária o Estatuto da Entidade, a partir desta data, conta com quarenta e sete artigos.

Araraquara, 05 de Outubro de 2015.

**Ricardo Capparelli**  
Presidente

RICARDO CAPPARELLI  
OAB/SP - 46.491  
CPE 549 382.008-82

**Geraldo Carlos Giambona**  
Primeiro Secretário





Ata da Reunião da Assembleia Geral Extraordinária para mudança do Estatuto. Aos 05 dias do mês de Outubro do ano de dois mil e quinze, às vinte horas, nas dependências do Lar da Criança Renascer, localizado à rua Paulo Elias Antonio, nº 919 - Jardim Água Branca, deu-se a abertura da Assembleia Geral extraordinária para mudança do Estatuto. Após o presidente proceder a abertura dos trabalhos, convidou o secretário Geraldo Carlos Giambona para secretariar, que de pronto aceitou. O presidente solicitou ao secretário que se fosse lido o Edital de Convocação na sua íntegra, que de pronto passou a ler: Edital de Convocação - O presidente do Lar da Criança Renascer abaixo assinado em cumprimento às normas estabelecidas no Estatuto Social, Cap. 4. Art. 16, vem através do presente Edital, Convocar toda a Diretoria e Sócios, para a Assembleia Geral extraordinária a ser realizada na rua Paulo Elias Antonio, 919, Jardim Água Branca, no dia 05 de Outubro de 2015, para: A - Alteração do Artigo Segundo, letra A; B - Inclusão do Capítulo Terceiro - Da Administração; C - Alteração do Artigo Vigésimo Sexto - Alteração do Artigo Trigésimo Sétimo; E - Inclusão do Capítulo Décimo - Das Disposições Gerais e Transitórias. Fica a primeira convocação para às 19:00 horas, com 1/5 (um quinto) dos Sócios e a segunda convocação uma hora após, com qualquer número de sócios. Araraquara, 30 de Setembro de 2015. Ricardo Capparelli presidente (publicado no jornal O Imparcial no dia 30 de Setembro de 2015 a página 16. Em seguida, o presidente esclareceu todos os presentes sobre as Alterações e Inclusão dos Artigos, a saber. Onde se lê: Artigo Segundo: - a) Abrigar, em regime de internato ou semi-internato, menores abandonados

3º Tabelião de Notas - Araraquara  
Av. Duque de Caxias, 260 - Centro - Araraquara - SP - Cep 14801-120 - Fone: (16) 3332-0999  
Tabelião: José Janone

Autentico a presente cópia extraída nesta notas, a qual confere com a original, do qual fô. Aq. R\$ 2,75 - 08/10/2015.

\*QUALQUER EMISSÃO OU FALSIFICAÇÃO SERÁ CONSIDERADO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

3º Tabelião de Notas - Araraquara  
Bela Juliana Maria Tavares  
Escritorante Autenticada  
Fone: (16) 3332-0999

COLEGIO NOTARIAL DO BRASIL  
114645  
AUTENTICAÇÃO  
0058AA953835





3º Tabelião de Notas - Araraquara  
Av. Duque de Caxias, 260 - Centro - Araraquara - SP - Cep 14801-120 - Fone: (16) 3332-0999  
Tabelião: José Janone

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: GERALDO CARLOS GIAMBONA,  
RICARDO CAPPARELLI, Dou. de  
R\$ 9,50 - Araraquara (SP), 08/10/2015, Cod. 4835474950404953495453565149  
REL. JULIANA MARIA TAMPELLINI  
da verdade.

\*QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADA INÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE\*



de ambos os sexos, na faixa etária compreendida entre recém-nascidos, até a idade de 14 (catorze) anos, ou a critério da diretoria e sem distinção de raça, cor, credo político ou religioso; Leia-se: A- Artigo Segundo a) A Entidade presta serviços de acolhimento Institucional à Crianças e Adolescentes de ambos os sexos que tiveram violação de seus direitos, na faixa etária compreendida entre recém-nascidos, até a idade de 18 anos ou a critério da diretoria, sem distinção de raça, cor, credo político ou religioso, em sistema de casa-lar; B- Inclusão do Capítulo Terceiro - Da Administração; C- Artigo Vigésimo Sexto: Onde se lê: O mandato da Diretoria, será de 2 (dois) anos, permitida a reeleição; Leia-se: Artigo Vigésimo Sexto: - O mandato da Diretoria será de 3 (Três) anos, permitida a reeleição; Onde se lê: D- Artigo Trigesimo Sétimo: - O mandato dos membros do Conselho fiscal será de 2 (dois) anos permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes; Leia-se: D- Artigo Trigesimo Sétimo: - O mandato dos membros do Conselho fiscal será de 3 (três) anos de permitida a reeleição de apenas 1/3 (um terço) dos seus componentes; E- Inclusão do Capítulo Décimo - Das Disposições Gerais e Transitórias; Após a leitura das alterações e Inclusões acima especificados, O Presidente solicitou aos presentes que manifestassem com respeito a algum impedimento legal ou pessoal. Não havendo nenhuma manifestação oral ou por escrito, foi aprovado por unanimidade. Após Concluir os trabalhos da assembleia, não havendo mais nada a ser tratado vai por fim assinado secretário Geraldo Carlos Giambona e pelo Presidente Ricardo Capparelli. Em seguida, vai assinado pelos presentes lavrado



em livro próprio. Araraquara, 05 de Outubro de 2015.

Ricardo Capparelli

Geraldo Carlos Giambona

João Lana

Gilmar Margaral

Robson Douglas de Souza

Federson Silva Braga

Sergio José

André Alcazar Parizi

Wladerci Astolphi Galera

Antonio Luiz Delbonzi

Edson José Cavalli

Lea de Moraes Silveira

Kátia Maria Camargo Margaral

Cezar José D'Aroglia

Hamilton do Carmo M. Toloi

Guiz Carlos Pempas Bel

Jason Furst

José Roberto do Carmo Basso

Candra Regina Ferreira Isaac

Sergio Ricardo Kowaski

Marlene Pinheiro

Hete Aparecida Capparelli

Jocielma Santos da Silva

Célia Regina M. Delbonzi

Rogério Capparelli

Veda Cassoni

Maria Lucia Cardoso

Marcia Ofelia Salção Arantes

Ivanir Aparecida Fiorin José

PROTOCOLO/PRENOTAÇÃO

11931

2º REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA - ARARAQUARA/SP



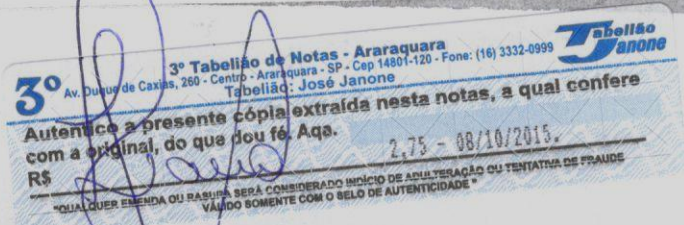
3º Tabelião de Notas - Araraquara  
Av. Duque de Caxias, 260 - Centro - Araraquara - SP - Cep 14801-120 - Fone: (16) 3332-0999  
Tabelião: José Janone

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: GERALDO CARLOS GIAMBONA;  
RICARDO CAPPARELLI, Don. fe.  
R\$ 9,50 - Araraquara/SP, 07/10/2015. Cód. 4855494020484933994336511

Em Teste  
BEL, JULIANA MARIA ZAMPARELLINI

0058AA0335303999

Após esse ato deu-se por encerrada a Assembleia que vai pelo presidente - Ricardo Capparelli assinado e por mim secretário - Geraldo Carlos Giambona  
Araraquara, 05 de Outubro de 2015.



**2º Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas de Araraquara - SP**

Rua Padre Duarte, 151 - Mezanino - Sala 1- Jd. Nova América TEL.: (16)3322-2442

Prenotação nº 00011931 em 09/10/2015 , no livro 15-A

Registro nº 00009024 em 30/10/2015

VD R-1269 (AVERBAÇÃO 05 - CINCO) MIC 1971

Bel. Adriana Dorta de Souza Santos  
SUBSTITUTA



Emol. R\$	Est.R\$	Sin.R\$	IpespR\$	Trib.R\$	MP.R\$	TotalR\$
148,88	42,41	21,80	7,92	10,19	7,21	238,41





**2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E  
DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA  
COMARCA DE ARARAQUARA**

*Oficial Titular: Emanuel Costa Santos*

Rua Padre Duarte, 151 - América Centro Empresarial - Mezanino - Sala 01 - Jardim Nova América

Tel.: (16) 3322-2442 - Email: oficial@segundooficial.com.br - Site: www.segundooficial.com.br

**REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA**

**REGISTRO PARA FINS DE PUBLICIDADE E EFICÁCIA EM RELAÇÃO A TERCEIROS**

**Nº 11871 de 20/01/2025**

Certifico e dou fé que o documento eletrônico anexo, contendo **13 (treze) páginas**, foi apresentado em 15/01/2025, o qual foi protocolado sob nº 17000, tendo sido registrado eletronicamente sob nº **11871** no Livro A deste 2º OFICIAL DE REGISTRO DE IMÓVEIS, TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOA JURÍDICA DA COMARCA DE ARARAQUARA na presente data.

Apresentante  
**magda rocha de oliveira**

Natureza  
Ata

Denominação da PJ: Lar da Criança Renascer

• Araraquara - SP, 20 de janeiro de 2025

**Assinado eletronicamente**

**FERNANDA NARDINI LARA**  
Escrevente Autorizado(a)

Este certificado é parte **integrante e inseparável** do registro do documento acima descrito.

Emolumentos	Estado	Secretaria da Fazenda	Registro Civil	Tribunal de Justiça
R\$ 123,10	R\$ 34,95	R\$ 23,92	R\$ 6,50	R\$ 8,44
Ministério Público	ISS	Condução	Outras Despesas	Total
R\$ 5,87	R\$ 3,65	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 206,43



Para verificar o conteúdo integral do documento, acesse o site:  
**rtdbrasil.org.br/certidaoregistro**  
e informe a chave abaixo ou utilize um leitor de qr code.

**11871**



Para conferir a procedência deste documento efetue a leitura do QR Code impresso ou acesse o endereço eletrônico:

**selodigital.tjsp.jus.br**

Selo Digital

**1125654PJSE000773356SE25X**





**LAR DA CRIANÇA**  
**RENASCE - 2000**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/03/1994 - REGISTRO CIVIL DE PESSOA JURÍDICA - ARARAQUARA/SP  
REGISTRADO NO 3º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA/SP  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2.001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO Nº 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO LAR DA CRIANÇA RENASCER PARA ELEIÇÃO E POSSE DO PRESIDENTE E SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PARA ELEIÇÃO E POSSE DOS MEMBROS DA DIRETORIA PARA MANDATO 21/01/2025 Á 20/01/2028.**

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às vinte e uma horas e Trinta minutos, nas dependências do Lar da Criança Renascer, localizado à Rua Paulo Elias Antônio, nº 919-Jardim Água Branca, deu-se à abertura da Reunião do Conselho de Administração para, Eleição e posse de presidente e Secretário e da Diretoria da Entidade – Mandato 21/01/2025 á 20/01/2028. Deram-se início aos trabalhos com os conselheiros eleitos, os quais elegeram, como Presidente do Conselho de administração Geraldo Carlos Giambona e o Secretário do Conselho de administração Carlos Rodrigo Martins. Os membros do Conselho de Administração elegeram a Diretoria do Lar da Criança Renascer que passou a ser assim composta.

Presidente : **RICARDO CAPPARELLI**  
Primeiro Vice Presidente: **JOÃO ZANA**  
Segundo Vice Presidente :**ANDRÉ BIANCHINI**  
Primeiro Tesoureiro : **SERGIO JOSÉ**  
Segundo Tesoureiro :**MOACIR TADEU DE MELO SOARES**  
Primeiro Secretário : **ANDRÉ ALCAZAN PARIZI**  
Segundo Secretário : **LENIRO DA FONSECA**



# LAR DA CRIANÇA RENASCE

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 PLS. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99 REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/04/2002, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2.001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004. PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

Ato subsequente o, presidente e o secretário do conselho de Administração e os Diretores eleitos assinaram o seguinte termo de posse.



## TERMO DE POSSE

Aos treze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às vinte uma horas e cinquenta minutos, nas dependências do Lar da Criança Renascer, localizado à Rua Paulo Elias Antônio, nº 919 Jardim Água Branca. O Presidente do conselho de Administração Geraldo Carlos Giambona fez a leitura dos nomes da chapa única apresentada, em ato solene deu posse ao Presidente e Diretoria no dia 13 de dezembro de 2024 para o mandato 21/01/2025 à 20/01/2028, com o preenchimento dos devidos cargos de: Presidente, Primeiro Vice Presidente, Segundo Vice Presidente, Primeiro Tesoureiro, Segundo Tesoureiro, Primeiro Secretário, Segundo Secretário, Presidente do Conselho de Administração, Secretário do Conselho de Administração. Neste ato todos os eleitos manifestaram solenemente o compromisso de respeitar a Constituição, as leis e o Estatuto da Entidade. Nada mais havendo a tratar o presidente do Conselho de Administração encerrou a presente reunião, cuja ata vai assinada por todos seus integrantes membros do conselho presentes.

## QUALIFICAÇÃO DOS DIRETORES

### DIRETORIA:

#### PRESIDENTE:

RICARDO CAPPARELLI

brasileiro, casado, comerciante, portador do RG 4.109.311-2 e do CPF 549.332.008-82, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara, à rua Itália Comito Lima, 301;





# LAR DA CRIANÇA RENASCER

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 3º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FL. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2003, PÁG. 49, PROCESSO Nº 44.006.001486/2.001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004.  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## **PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE:**

JOÃO ZANA

brasileiro, casado, funcionário público, portador do RG 6.445.269 e do CPF 888.238.908-10, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara, á Rua Expedicionários do Brasil, 2030;



## **SEGUNDO VICE-PRESIDENTE:**

ANDRÉ BIANCHINI

brasileiro, Casado, comerciário, portador do RG:32.697.735 e do CPF:218.229.828-20, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara, á Av: Cônego Jerônimo César nº 1138; *André Luiz Bianchini*

## **PRIMEIRO TESOUREIRO:**

SÉRGIO JOSÉ

brasileiro, casado, comerciante, portador do RG 12.403.256 e do CPF 018.558.228-14, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara, á Av: Carlos Batista Magalhães, 545 - casa I; *Sérgio José*

## **SEGUNDO TESOUREIRO:**

MOACIR TADEU DE MELO SOARES

brasileiro, casado, comerciário, portador do RG 9.902.145-6 CPF 594.342.448-20, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara á av Professor Eugenio Frco Malaman 371, José Bonifácio *Moacir Tadeu de Melo Soares*

## **PRIMEIRO SECRETÁRIO:**

ANDRE ALCAZAN PARÍZI

brasileiro, casado, empresário, portador do RG 26.526.926-5 e do CPF 150.841.818-71, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara, Rua: Benedicto Oliveira Cavaleiro nº 275 Jardim Santa Júlia. *Andre Alcazan Parízi*





# LAR DA CRIANÇA RENASCER

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99 REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/04/2000, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCIRJ Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012338/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## SEGUNDO SECRETÁRIO:

LENIRO DA FONSECA

brasileiro, casado, Advogado, portador do RG 6.102.230-5 e do CPF 594.610.718-68, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara, Rodolfo Cezar Murad, 184 Condomínio Bulganville Jardim Marivan.

PROTOCOLO/PRENOTAÇÃO

CPF - 17000

REGISTRO CIVIL DE PESSOA  
ARARAQUARA - ARARAQUARA/SP

## PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

GERALDO CARLOS GIAMBONA

brasileiro, casado, cartorário aposentado, portador do RG 10.824.856 e do CPF 026.494.018.00, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara, à Av Dr. Ademir Pereira de Barros, 159 casa 94, Vila Melhado.

## SECRETÁRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

CARLOS RODRIGO MARTINS

brasileiro, casado, Comerciante, portador do RG 27.734.155-3 e do CPF 253.859.478-22, residente e domiciliado nesta cidade de Araraquara, à Av: Itápolis 2158, Bairro Quitandinha.

Após encerrada a posse do Presidente e Secretário do Conselho de administração e Diretores nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 22:00 horas (Vinte e duas horas)

Araraquara, 13 de dezembro de 2024

Geraldo Carlos Giambona  
Presidente do conselho de Administração

Carlos Rodrigo Martins  
Secretário do Conselho

3º Tabelião de Notas - Araraquara  
Av. Duque de Caxias, 261 - Centro - Araraquara - SP - Cep 14801-120 - Fone: (16) 3332-0990  
Tabelião: José Janone

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) de: GERALDO CARLOS GIAMBONA,  
Dou fé.  
R\$ 8,28 - Araraquara(SP), 19/12/2024. Cod. 4957495050485052495048544849  
TATIANA ROCHA ALÍPIO FERREIRA  
Em Testemunho da verdade.

\*QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO INÍCIO DE ADULTÉRIO OU TENTATIVA DE FRAUDE  
VÁLIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE



Cartório 1º Registro Civil  
Araraquara

Registro Civil do 1º Subdistrito de Araraquara - SP  
Bel. Manoela Carolina Almeida Sodré - Oficial Delegada  
Av. D. Pedro II, 475, Centro - Araraquara - SP - Fone: (16) 3334-7000

Reconheço por semelhança a firma de CARLOS RODRIGO MARTINS, em  
documento sem valor econômico, do que dou fé. E test. da  
verdade.

Araraquara, 19 de dezembro de 2024

618841/84-67

R\$ 8,30

68

ELVIS WILKINSON VENTRILHO - Escrevente

0056AA0214036 - F1SV

Valido quando emitida em papel. VÁLIDO SOMENTE COM





# LAR DA CRIANÇA RENASCER

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.369 - LIVRO A-2 PLS. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2.001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 23 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
D.O.U. DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11



## LISTA DOS PRESENTES DA REUNIÃO 13/12/2024

CONRADO AUGUSTO SILVA  
ELAINE THEODORO DOS SANTOS  
GISLAINE SOUSA FRANCHI  
EDNILSON MASSON  
JOÃO BATISTA DA SILVA  
JOCIELMA SILVA SANTOS  
TIAGO VALENTE LEITE  
NATHALIE CAROLINE RIOS BOMBARDA  
ALESSANDRA MOREIRA VANZELLA DE FRANÇA  
MARIOZAN JOSÉ GOMES BORGES  
RICARDO CAPPARELLI  
JOÃO ZANA  
ANDRE BIANCHINI  
SERGIO JOSÉ  
TAMIRIS FAGUNDES MOREIRA  
MOACIR TADEU DE MELO SOARES  
ANDRÉ ALCAZAN PARIZI  
LENIRO DA FONSECA  
GERALDO CARLOS GIAMBONA  
CARLOS RODRIGO MARTINS  
MARIA LUIZA APARECIDA CORDANO SILVA  
CARLOS FERNANDO CARBONI  
GUSTAVO ALCAZAN PARIZI  
MARCIA OFÉLIA FALCÃO ARANTES  
CELSON NEVES JUNIOR  
JEDERSON SILVA BRAGA  
WLADERCI ASTOLPHI GALERA  
JEDERSON SILVA BRAGA JUNIOR





**LAR DA CRIANÇA  
R E N A S C E R**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-10  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCIRAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

**RELACÃO NOMINAL DOS DIRIGENTES E CONSELHOS**

(ART. 34, Inciso VI, da Lei 13.019/2014, Alterada pela lei nº 13.204/2015)

Nome: RICARDO CAPPARELLI		
Nº CPF:549.332.008-82 Nº RG:4.109.311-2 SSP/SP	Data de nascimento:30/07/1948	
Início mandato:21/01/2025	Término do mandato:20/01/2028	
Cargo: Presidente	Função: comerciante	
Logradouro: Rua Itália Comito Lima nº 301		
Bairro: Jd Itália	Cidade: Araraquara	CEP:14807-260
Telefone1:16-99774-2823	Telefone2:16 3334-7154	Telefone3:
E-mail institucional:moveiscaparelli@yahoo.com.br		
E-mail Particular: ricardocaparelli@yahoo.com.br		

Nome: JOÃO ZANA		
Nº CPF: 888.238.908-10 Nº RG: 6445269 SSP/SP	Data de nascimento:23/06/1952	
Início mandato: 21/01/2025	Término do mandato: 20/01/2028	
Cargo: Primeiro vice presidente	Função: Fiscal de Renda da Sec. da Faz.	
Logradouro: Rua Dr. Clemente Ferreira nº 1.500 Lote 9		
Bairro: Marivam	Cidade: Araraquara	CEP:14806-152
Telefone1:16 99786-7146	Telefone2:16-3301-0685	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular:jzana@fazenda.sp.gov.br		

Nome: SERGIO JOSÉ		
Nº CPF:018.558.228-14 Nº RG:12403256 SSP/SP	Data de nascimento:03/04/1960	
Início mandato: 21/01/2025	Término do mandato: 20/01/2028	
Cargo: Primeiro Tesoureiro	Função: Comerciante	
Logradouro: Av: Carlos Batista Magalhães, 545 – casa I		
Bairro: Vila. Xavier	Cidade: Araraquara	CEP:14810-134
Telefone1:16-99783-3121	Telefone2:3336-1613	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular: reara_tratores@hotmail.com		



# LAR DA CRIANÇA RENASCER

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLS. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99 REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/04/2002, PAG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-10  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIA Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

Nome: ANDRE LUIZ BIANCHINI		
Nº CPF: 218.229.828-20 Nº RG: 32697735 SSP/SP	Data de nascimento:24/07/1982	
Início mandato: 21/01/2025	Término do mandato: 20/01/2028	
Cargo: Segundo Tesoureiro	Função: Comerciante	
Logradouro: Av: Presidente Vargas, nº 1677		
Bairro: Carmo	Cidade: Araraquara	CEP:14800-005
Telefone1:16-99709-9591	Telefone2:	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular: andrebia.a@bol.com.br		

Nome: MOACIR TADEUDE MELO SOARES		
Nº CPF: 594.342.448-20 Nº RG: 9.902.145-6 SSP/SP	Data de nascimento:28/10/1953	
Início mandato: 21/01/2025	Término do mandato: 20/01/2028	
Cargo: Segundo Tesoureiro	Função: comerciário	
Logradouro: Av Professor Eugenio Frco Malaman 371		
Bairro: José Bonifácio	Cidade: Araraquara	CEP: 14802-082
Telefone1:16-99718-4770	Telefone2:3336-7342	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular: luci-soares@globomail.com		

Nome: ANDRE ALCAZAN PARIZI		
Nº CPF: 150.841.818-71 Nº RG: 26.526.926-5 SSP/SP	Data de nascimento:06/03/1974	
Início mandato: 21/01/2025	Término do mandato: 20/01/2028	
Cargo: Primeiro Secretário	Função: Empresário	
Logradouro: Rua: Benedicto Oliveira Cavalheiro nº 275		
Bairro: Jardim Santa Júlia	Cidade:Araraquara	CEP:14811-002
Telefone1:16-99992-6237	Telefone2:3322-5638	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular : alcatec@terra.com.br		





# LAR DA CRIANÇA RENASCER

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLS. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99 REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/04/2002, PAG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-10  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIA Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

Nome: LENIRO DA FONSECA		
Nº CPF: 594.610.718-68 Nº RG: 6.102.230-5 SSP/SP		Data de nascimento:07/03/1952
Início mandato: 21/01/2025		Término do mandato: 20/01/2028
Cargo: Segundo Secretário		Função: Advogado
Logradouro: Rua: Rodolfo Cezar Murad,184 Condomínio Bulganville		
Bairro: Jardim Marivan.	Cidade:Araraquara	CEP:14802-872
Telefone1:16-99614-0968	Telefone2:	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular: leniroadv@yahoo.com.br		

Nome: CARLOS FERNANDO CARBONI		
Nº CPF: 221.586.458-30 Nº RG: 28067192 SSP/SP	Data de nascimento:07/03/1981	
Início mandato: 21/01/2025	Término do mandato: 20/01/2028	
Cargo: Conselho Fiscal	Função: Técnico em TI	
Logradouro: Rua Imaculada Conceição nº 2.600		
Bairro: Centro	Cidade: Araraquara	CEP:14801-400
Telefone1:16-98814-0430	Telefone2:	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular: ccgcarboni@hotmail.com		

Nome: TIAGO VICENTE LEITE		
Nº CPF: 089.271.336-41SSP/SP Nº RG: 53.427.998-3		Data de nascimento:28/08/1987
Início mandato: 21/01/2025		Término do mandato: 20/01/2028
Cargo: Conselho Fiscal		Função: Engenheiro Eletricista
Logradouro: Rua Manoel Rodrigues Jacob nº1451 CA 31A		
Bairro: Santa Angelina	Cidade: Araraquara	CEP:
Telefone1:16- 99413-0404	Telefone2:	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular: tiago.leite@rumolog.com		



# LAR DA CRIANÇA RENASCER

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLS. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PAG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-10  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCIRAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

Nome: MARIA LUIZA APARECIDA CORDANO SILVA		
Nº CPF:048.889.688-61 Nº RG: 8678960 SSP/SP	Data de nascimento:01/01/1962	
Início mandato: 21/01/2025	Término do mandato: 20/01/2028	
Cargo: Conselho Fiscal	Função: Aposentada	
Logradouro: Rua Paulo Sergio Real Dias, Nº 105 L.7-QD		
Bairro: Residencial Veneto	Cidade:Araraquara	CEP:14.806-448
Telefone1:16-99741-3322	Telefone2:	Telefone3:
E-mail institucional:		
E-mail particular:malu_052@hotmail.com		

Araraquara , 16 de Dezembro de 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **549.332.008-82**

Nome: **RICARDO CAPPARELLI**

Data de Nascimento: **30/07/1948**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:25:08** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **2F5A.633B.B906.2C77**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **888.238.908-10**

Nome: **JOAO ZANA**

Data de Nascimento: **23/06/1952**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:31:19** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **B86B.E000.D177.0BAD**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **018.558.228-14**

Nome: **SERGIO JOSE**

Data de Nascimento: **03/04/1960**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:32:57** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **F9F1.9D6D.01A0.8C5C**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **218.229.828-20**

Nome: **ANDRE LUIZ BIANCHINI**

Data de Nascimento: **24/07/1982**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **07/01/1999**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:34:27** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **C071.DDFF.0209.E32E**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **594.342.448-20**

Nome: **MOACIR TADEU DE MELO SOARES**

Data de Nascimento: **28/10/1953**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:36:05** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **BEA6.3C26.260B.33D6**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **150.841.818-71**

Nome: **ANDRE ALCAZAN PARIZI**

Data de Nascimento: **06/03/1974**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:37:01** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **D367.EF2B.ED62.B897**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **594.610.718-68**

Nome: **LENIRO DA FONSECA**

Data de Nascimento: **07/03/1952**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **anterior a 10/11/1990**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:40:35** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **B007.D085.6B45.B079**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)





Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **221.586.458-30**

Nome: **CARLOS FERNANDO CARBONI**

Data de Nascimento: **07/03/1981**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **26/08/1999**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:41:29** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **9502.F1AB.6D4E.B7D8**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)



Ministério da Fazenda  
Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: **089.271.336-41**

Nome: **TIAGO VICENTE LEITE**

Data de Nascimento: **28/08/1987**

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: **05/04/2005**

Digito Verificador: **00**

Comprovante emitido às: **16:45:01** do dia **16/12/2025** (hora e data de Brasília).  
Código de controle do comprovante: **BBF1.8EB2.A7F7.BDE0**



Este documento não substitui o "Comprovante de Inscrição no CPF".

(Modelo aprovado pela IN/RFB nº 1.548, de 13/02/2015.)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8710-6

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
"RICARDO GUMBERTO DA SILVA"

NOME: **RICARDO CAPPARELLI**

FILIAÇÃO  
BELMIRO CAPPARELLI

LÍDIA CARACHO CAPPARELLI

DATA NASCIMENTO: 30/07/1948  
NATURALIDADE: ARARAQUARA - SP  
OBSERVAÇÃO:

7764135

ASSINATURA DO TITULAR

**CARTEIRA DE IDENTIDADE**

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF: 549332008/82 DNI: MAIOR DE 65 ANOS

REGISTRO GERAL: 4.109.311-2 2 via DATA DE EMISSÃO: 03/05/2024

REGISTRO CIVIL  
ARARAQUARA SP ARARAQUARA CCLV.835 /RLS.95 /Nº10443

T. ELEITOR: CPS SÉRIE UF POLÍCIA DEBETO

REGISTROS: IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR

CNH: CND

Assinatura do Diretor  
Diretor do Departamento de Polícia (DPD-PCSP)  
ASSINATURA DO DIRETOR

**VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL**





DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
AVENIDA JOSE PARISI - 331 - Caixa Postal, 380 - VILA VELOSA ARARAQUARA SP 14806-000  
CNPJ: 44.239.770/0001-67 - INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº ISENTA  
Informações e/ou Reclamações - Ligue 08006022324

SEGUNDA VIA

CÓDIGO PARA  
DÉBITO AUTOMÁTICO  
569240

VENCIMENTO  
09/01/2026

MATRÍCULA 00056924.0	USUÁRIO: RICARDO CAPARELLI CPF/CNPJ: 549.XXX.XXX-XX PROPRIETÁRIO: RICARDO CAPARELLI CPF/CNPJ: 549.XXX.XXX-XX	INSCRIÇÃO 001.305.278.0710.000	ENDEREÇO DO IMÓVEL RUA ITALIA COMITO LIMA, 0301 - JD ELIANA ARARAQUARA SP 14807-260	FATURA 12/2025
RESPONSÁVEL 201839	ENDEREÇO PARA ENTREGA RUA ITALIA COMITO LIMA, 0301 - JD ELIANA ARARAQUARA SP 14807-260	ÁGUA LIGADO	ESGOTO LIGADO	
ÚLTIMAS MEDIÇÕES 11/2025 - 261-EC 10/2025 - 48-FF 09/2025 - 16 08/2025 - 14 07/2025 - 15 06/2025 - 13 CATG. ECONOMIAS MEDIÇÃO P/ ECON. COD. AUXILIAR RES 1 35 R FF53021		LEITURA ANTERIOR ATUAL 4583 4618 04/11/2025 04/12/2025 CONSUMO (M³) 35 MEDIÇÃO EFETIVA 35 NºHm: 5208920630		

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS		VALOR R\$
AGUA		160,10
ESGOTO		160,10
PARCELAMENTO DE DEBITOS	- PARCELA 1/6	283,67
JUROS SOBRE PARCELAMENTO	11/2025 - PARCELA: 1/6	5,02
MULTA P/IMPONTUALIDADE	11/2025 09/2025	3,57
JUROS DE MORA	11/2025 09/2025	1,06
TARIFA RESID SOLIDO CONCESSAO	12/2025	74,89
MULTA E JUROS TRS - CONCESSAO	11/2025 09/2025	1,17
IMPOSTOS 1,00% PASEP: 3,20 E 1,00% FUNDO SOCIAL: 3,20   NAO PETER I.R. ART 150, VI, A, DA CF/1988		

TOTAL R\$ 689,58

ATRASO PGTO INCIDI JUROS, MULTA, CORTE, HONORARIOS ADVOCATICIOS ADM. PARA INFORMACOES RESIDUOS 0800 590 0035

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO  
(PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021)

GERÊNCIA REGIONAL: GERENCIA CAPITAL	Mês/Ano: 11/2025
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	TURBIDEZ (uT)
PARÂMETROS (Valores Médios)	CLORO (mg/L)
	0,10
	1,00

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Emitido em: 10/12/2025



MATRÍCULA  
00056924.0

INSCRIÇÃO  
001.305.278.0710.000

FATURA  
12/2025

VENCIMENTO  
09/01/2026



VALOR R\$ 689,58

GRUPO: 30

FIRMA: 1

82670000006-8 89580024001-5 00056924001-3 12202500003-7



VIA DAAE-ARARAQUARA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2206230034

NOME  
JOAO ZANA



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
6445269 SSP/SP

CPF  
888.238.908-10

DATA NASCIMENTO  
23/06/1952

FILIAÇÃO  
ANTONIO ZANA

ENCARNACAO RODRIGUES P  
ZANA

PERMISSÃO ACC CAT. HABIL  
AB

NP REGISTRO  
01282095188

VALIDADE  
19/04/2026

1ª HABILITAÇÃO  
20/11/1974

OBSERVAÇÕES



VALID

*[Signature]*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
ARARAQUARA, SP

DATA EMISSÃO  
21/04/2021

*[Signature]*

Emilio Mascarelli Neto Diretor Presidente de Defesa - SP

ASSINATURA DO EMISSOR

00467557960  
SP004850244

PROIBIDO PLASTIFICAR

2206230034

SÃO PAULO







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2º NOME E SOBRENOME  
SERGIO JOSE

1ª HABILITAÇÃO  
18/07/1978

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
03/04/1960 NOVO HORIZONTE/SP

4a DATA EMISSÃO  
11/11/2025

4b VALIDADE  
10/11/2030

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
12403258 SSP/SP

4d CPF  
018.558.228-14

5 Nº REGISTRO  
01202551250

8 CAT. HAB  
AB

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO  
ADELINO JOSE

BENEDITA PURCINO JOSE



7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A		10/11/2030		D1			
A1				BE			
B		10/11/2030		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL  
SAO PAULO, SP

EDUARDO AGUIAR DE SA  
PRESIDENTE DO DETRAN-SP

ASSINATURA DO EMISSOR

88808621144  
SP033125494

SÃO PAULO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5074962934

PROIBIDO FALSIFICAR

5074962934



SERGIO JOSE  
AV CARLOS BATISTA MAGALHAES 545 CA 1  
VL XAVIER  
14810-134 ARARAQUARA SP

**Nota Fiscal**  
Conta de Energia Elétrica  
Nº 406609140 Série C  
Data de Emissão: 23/01/2025  
Data de Apresentação: 24/01/2025  
Pág: 01 de 02  
Conta Contrato Nº 310005130278  
Leitura Próximo Mês: 19/02/2025

Lote	Roteiro de leitura	Nº. Medidor	PN	Reservado ao Fisco
13	ARABU318-00000418	J68691	702047596	73AD.E02C.8FC6.06C9.EFDA.6EFA.626A.B89D

#### PREZADO(A) CLIENTE

Mantenha seus dados sempre atualizados, alguns itens determinam a tarifa e tributação de sua fatura de energia elétrica. Solicite os serviços disponíveis em nosso site com rapidez e segurança e reserve mais tempo para você em seu dia-a-dia. Mais informações acesse o endereço que consta no verso de sua conta.

#### DADOS DA UNIDADE CONSUMIDORA

SERGIO JOSE  
AV CARLOS BATISTA MAGALHAES, 545 CA 1  
VL XAVIER  
14810-134 ARARAQUARA - SP

CPF: 018.558.228-14  
CLASSIFICAÇÃO: Convencional B1 Residencial - Bifásico 220 / 127 V

ATENDIMENTO	PN	SEU CÓDIGO	CONTA MÊS	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
0800 010 1010 www.cpfl.com.br	702047596	INSTALAÇÃO 36561487	JAN/2025	31/01/2025	447,89

#### DISCRIMINAÇÃO DA OPERAÇÃO - RESERVADO AO FISCO

Cod.	Descrição da Operação	Mês Ref.	Quant. Faturada	Unid. Med.	Tarifa com Tributos R\$	Valor Total da Operação R\$	Base Cálculo ICMS R\$	Aliq. ICMS	ICMS	Base Cálculo PIS/COFINS	PIS 0,82%	COFINS 3,80%	Bandeiras Tarifárias (Dias)
0905	Consumo Usd Sistema [KWH]-TUSD	JAN/25	423,000	KWh	0,47895977	202,49	202,49	18,00	36,45	169,04	1,36	6,31	Verde
0601	Consumo - TE	JAN/25	423,000	KWh	0,41933807	177,38	177,38	18,00	31,83	145,45	1,10	5,53	08 Dias
	Total Distribuidora					379,87							Verde
	DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS												22 Dias
0801	Câmbio de Todos 00002836916					30,90							
0807	Contrib. Custeio IP-CIP Municipal	JAN/25				41,16							
	CRÉDITOS / DEVOLUÇÕES												
0999	Bônus Itaipu Lei 10438/2002					4,04							
Total Consolidado						447,89	379,87		68,38	311,49	2,56	11,84	

HISTÓRICO DE CONSUMO			TARIFA ANEEL		EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO / DATAS DE LEITURAS					
	kWh	Dias			Nº	Energia	Leitura	Leitura	Fator	Consumo
2025 JAN	423	30	Consumo	TUSD			23/01/2025	23/12/2024	Multipl.	Taxa de Perda
2024 DEZ	415	31	Consumo kWh	0,37439000	0,32796000					[%]
NOV	409	30								
OUT	549	31								
SET	432	29								
AGO	426	31								
JUL	439	32								
JUN	405	30								
MAI	356	32								
ABR	409	29								
MAR	464	30								
FEV	325	29								
JAN	452	32								

#### INDICADORES DE CONTINUIDADE DE FORNECIMENTO DE ENERGIA

Para consulta dos indicadores acesse nosso site [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)

#### INFORMAÇÕES SOBRE A FATURA

A cobrança do serviço de terceiro incluída em sua fatura pode ser cancelada, a qualquer tempo, em nossos canais de atendimento.  
CDE Escassez Hídrica TUSD R\$ 2,18 TE R\$ 1,73.  
Considerar quitada se efetuado débito em conta corrente.  
Caso não ocorra o débito utilize esta conta para pagamento.

#### AVISO IMPORTANTE



Pague aqui - PIX

Nota Fiscal  
Conta de Energia Elétrica  
Nº 406609140 Série C

**DÉBITO AUTOMÁTICO**  
BANCO 237 AGÊNCIA 0003

CódDebAut-Banco  
310005130278

Total a Pagar (R\$)  
447,89

Data de Vencimento  
31/01/2025

Essa conta poderá ser paga no credenciado mais perto de você. Confira a lista completa no site

PANIFICADORA GINATO  
PANIFICADORA ALTOS DA VILA  
SILVIA PRESENTES

AV JOAO BATISTA DE OLIVEIRA 415 - VILA XAVIER  
ALAMEDA PAULISTA 1208 - VILA XAVIER  
AV ESTRADA DE FERRO ARARAQUARA 777 - VILA FREITAS

836800000041 478900403468 233754227038 100051302782



Autenticação Mecânica



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME  
ANDRE LUIZ BIANCHINI

1ª HABILITAÇÃO  
06/10/2000

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO  
24/07/1982 ARARAQUARA/SP

4a DATA EMISSÃO  
17/10/2025

4b VALIDADE  
16/10/2030

ACC  
D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
32697735 SSP/SP

4d CPF  
218.229.828-20

5 Nº REGISTRO  
01525125561

9 CAT. HAB  
AB

NACIONALIDADE  
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO  
LUIZ ANTONIO BIANCHINI

SUELI TEREZINHA CHIELLI BIANCHINI

*André Luiz Bianchini*

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12	9	10	11	12
ACC				D			
A		16/10/2030		D1			
A1				BE			
B		16/10/2030		CE			
B1				C1E			
C				DE			
C1				D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL  
SAO PAULO, SP

EDUARDO AGGIO DE SA  
PRESIDENTE DO DETRAN-SP

ASSINATURA DO EMISSOR

09855144055  
SP032753465

SÃO PAULO

SENATRAN CONTINUA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5070075744

5070075744

PROIBIDO PLASTIFICAR



MATRÍCULA:

182664

MÊS/ANO:

12/2025

PROPRIETÁRIO: ANDRE LUIZ BIANCHINI  
 CONSUMIDOR: ANDRE LUIZ BIANCHINI  
 AV CON. JERONIMO CEZAR, 1138 - BAIRRO DO CARMO  
 CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 182664

23/11/2025

CATEGORIA

ECONOMIA

30/10/2025 a 28/11/2025

LEITURA ANTERIOR

LEITURA ATUAL

OCORRÊNCIA

CONSUMO

MEDIÇÃO EFETIVA

01.712.006.000.000

GRUPO

PREVISTO 26/12/2025

## DESCRIÇÃO DA CONTA

CRICAO

TOTALC

A

22

OTO

22

TA P/IMPONTUALIDADE 10/2025

1

OS DE MORA 10/2025

0

TA E JUROS TRS - CONCESSAO 10/2025

0

IFA RESID SOLIDO CONCESSAO 12/2025

14

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 8710-6

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO  
"RICARDO GUMBLETON DALMONT"

NOME **ANDRÉ ALCAZAN PARIZI**

FILIAÇÃO  
VALDIR APARECIDO PARIZI

ISABEL CRISTINA ALCAZAN PARIZI

DATA NASCIMENTO **06/03/1974** ORGÃO EXPEDIDOR **SSP-SP** FATOR RH

NATURALIDADE  
ARARAQUARA - SP

OBSERVAÇÃO

41396FC

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

NÃO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29 DE AGOSTO DE 1983

CPF **150841818/71** DNI

REGISTRO GERAL **26.526.929-5** 2 via DATA DE EXPEDIÇÃO **06/02/2023**

REGISTRO CIVIL  
S. CARLOS SP S. CARLOS CC:LV.B125/FLSº267/Nº28363

T. ELEITOR CTPS SÉRIE UF

NIS/PIS/PASEP IDENTIDADE PROFISSIONAL

CERT. MILITAR

CNH CDS

POLEGAR DIREITO

Assinado por: Manoel José Carlos Faria  
Delegado Chefe de Polícia (RSD-PCSP)

ASSINATURA DO DIRETOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL





DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
AVENIDA JOSE PARISI - 331 - Caixa Postal, 380 - VILA VELOSA ARARAQUARA SP 14806-000  
CNPJ: 44.239.770/0001-67 - INSCRIÇÃO ESTADUAL Nº ISENTA  
Informações e/ou Reclamações - Ligue 08006022324

SEGUNDA VIA

CÓDIGO PARA  
DÉBITO AUTOMÁTICO  
684635

VENCIMENTO  
19/12/2025

MATRÍCULA 00068463.5	USUÁRIO: ANDRE ALCAZAN PARIZI CPF/CNPJ: 150.XXX.XXX-XX PROPRIETÁRIO: ANDRE ALCAZAN PARIZI CPF/CNPJ: 150.XXX.XXX-XX	INSCRIÇÃO 001.553.381.0530.000	ENDEREÇO DO IMÓVEL RUA BENEDICTO OLIVEIRA CAVALHEIRO, 0275 - JD SANTA JULIA ARARAQUARA SP 14811-002	FATURA 11/2025
RESPONSÁVEL 1251064	ENDEREÇO PARA ENTREGA RUA BENEDICTO OLIVEIRA CAVALHEIRO, 0275 - JD SANTA JULIA ARARAQUARA SP 14811-002	ÁGUA LIGADO	ESGOTO LIGADO	
ÚLTIMAS MEDIÇÕES		LEITURA		
10/2025 - 47-FF 09/2025 - 36		ANTERIOR ATUAL		
08/2025 - 30 07/2025 - 29		677 715		
06/2025 - 27 05/2025 - 28		18/10/2025 19/11/2025		
CATG. ECONOMIAS MEDIÇÃO P/ ECON. COD. AUXILIAR		CONSUMO (M³) MEDIÇÃO EFETIVA		
RES 1 38 R 53232		38 38 NºHm: A23S037081		

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

VALOR R\$

ÁGUA	183,02
ESGOTO	183,02
TARIFA RESID SOLIDO CONCESSAO 11/2025	80,86

IMPOSTOS 1,00% PASEP: 3,66 E 1,00% FUNDO SOCIAL: 3,66 | NAO RETER I.R. ART 150, VI, A, DA CF/1988

TOTAL R\$ 446,90

ATRASO PGTO INCIDI JUROS, MULTA, CORTE, HONORARIOS ADVOCATICIOS ADM. PARA INFORMACOES RESIDUOS 0800 590 0035

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO  
(PORTARIA GM/MS Nº 888, DE 4 DE MAIO DE 2021)

GERÊNCIA REGIONAL: GERENCIA CAPITAL	Mês/Ano: 10/2025
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	TURBIDEZ (uT) CLORO (mg/L)
PARÂMETROS (Valores Médios)	0,10 1,10

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Emitido em: 10/12/2025



MATRÍCULA  
00068463.5

INSCRIÇÃO  
001.553.381.0530.000

FATURA  
11/2025

VENCIMENTO  
19/12/2025



VALOR R\$ 446,90

GRUPO: 55

FIRMA: 1

82680000004-2 46900024001-7 00068463501-4 11202520003-4

VIA DAAE-ARARAQUARA



AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 01973022

USO OBRIGATORIO  
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS  
(ART. 1º DO LBI/96 E REGM)



ASSINATURA DO PORTADOR



ENCARTE

**ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**  
CONSELHO SECCIONAL DE SÃO PAULO  
IDENTIDADE DE ADVOGADO

Nº 78066

LENIRO DA FONSECA

PROFISSÃO  
LINO RIZZO DA FONSECA  
LUCIA BENEDITO DA FONSECA  
MATRIMÔNIO

SÃO CARLOS-SP

RG 8.102.230 - SSP/SP  
TÍTULO DE ELEIÇÃO E TÍTULO

S/M

DATA DE NASCIMENTO 07/03/1962  
SEX M  
Nº 864.510.718-88  
VIA EXPEDIENTE EM 01 18/03/2009

LLY FLAVIO BORGES OLIVEIRA  
PRESIDENTE

LENIRO DA FONSECA  
AV RODOLFO CESAR MURAD 184  
JD BOUNGAVILLE  
14802-872 ARARAQUARA SP

LOTE	Roteiro de Leitura	Nº Medidor	Páginas	Data de Apresentação	Leitura Próximo Mês	Data de Vencimento
02	ARABU033-00000273	31522753	1/2	17/11/2025	08/12/2025	26/11/2025

Classificação: Convencional B1 Residencial

Tipo de Fornecedor:  
Básico

TENSÃO NOMINAL EM VOLTS | Dispositivo: 127 | Lim. mín.: 117 | Lim. máx.: 133

LENIRO DA FONSECA  
AV RODOLFO CESAR MURAD, 184  
JD BOUNGAVILLE ARARAQUARA - SP  
14802-872  
CPF: \*\*\*\*\*718.\*\*

Código da Instalação

4000905430

Datas de leituras

Leitura atual	Leitura anterior	Nº de dias
05/11/2025	07/10/2025	29
Próxima leitura 08/12/2025		

ACESSE AQUI O XML DA SUA NF

NOTA FISCAL Nº 007820489 - SÉRIE 0 / DATA DE EMISSÃO:  
14/11/2025

Consulte pela chave de Acesso em:

<https://dfe-portal.svcs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>

chave de acesso:

35251133050196000189660000078204891002608680

Protocolo de autorização: 3352500033437824 -15.11.2025 às 00:45:46



Ref: mês/ano	Vencimento	Total a pagar
NOV/2025	26/11/2025	R\$ *****

## Aviso importante

Seu código de Instalação será alterado a partir de jan/26 para atender a REN ANEEL 109524. Saiba mais em [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br).Participação na geração 100,0000%  
CDE Escassez Hídrica: TUSD R\$ 1,32 TE R\$ -5,71  
Saldo em Energia da Instalação: Convencional 3.665,000000000 kWh  
Saldo a expirar próximo mês: 0,000000000 kWh  
Conta quitada, em razão de crédito de valor faturado à maior.

Descrição da operação Nº 900555175905	Unid. Med.	Quant. Faturada	Tarifa ANEEL	Tarifa com tributos R\$	Valor total da operação R\$	Base Cálculo ICMS	Alíq. ICMS %	ICMS	PIS 0,93%	COFINS 4,24%	Tributo	Base de Cálculo (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
Consumo Uso Sistema [KWh]-TURD NOV/25	kWh	244,0000	0,36615000	0,44913995	121,79	121,79	18,00	21,92	0,93	4,23	ICMS	143,15	18,00	25,76
Consumo - TE NOV/25	kWh	244,0000	0,28738000	0,38999017	96,10	96,10	18,00	16,23	0,89	3,14	PIS/PAPEL	97,01	0,89	0,54
Adicional de Bandeira Vermelha NOV/25	kWh				14,01	14,01	18,00	2,52	0,11	0,49	COFINS	97,01	4,24	2,42
Energia Ativa Injetada TUSD NOV/25	kWh	194,0000	0,29615000	0,31123712	60,38		0,00		0,06	2,59				
Energia Ativa Injetada TE NOV/25	kWh	194,0000	0,28738000	0,38953909	71,89	71,89	18,00	12,90	0,55	2,49				
Créd. Ativ. Band. Vermelha NOV/25	kWh				11,54	11,54	18,00	2,01	0,08	0,39				
Total Distribuidora					82,77									
DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS														
Contribuição Custeio IP-OP NOV/25					24,60									
CRÉDITOS / DEVOLUÇÕES														
Devol. Pagamento Indevido					107,37									
Total creditado					80,00	143,15		25,76	0,64	2,42				


Medidor	Grandezas	Pontos Medidas	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo kWh
31522753	Energia Ativa-kWh	Unico	5296	5540	1,00	244
31522753	Energia Injetada	Unico	7914	8237	1,00	323

Reservado ao Fisco


Bandeiras  
Tarifárias  
Vermelha P1 24 Dias  
Vermelha P1 05 Dias  
Taxa de Perdas %Indicadores de continuidade de fornecimento de energia: Para consulta dos indicadores acesse nosso site [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)DANF3E/Nota Fiscal  
Conta de Energia Elétrica  
007820489 Série 0CódDébAut-Banco  
310060260056Total a Pagar (R\$)  
\*\*\*\*\*Data de Vencimento  
26/11/2025

N Ã O R E C E B E R





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES**  
**SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO**



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL.

2833259918

**CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN**

2 - NOME E SOBRENOME  
 CARLOS FERNANDO CARBONI

3 - DATA LOCAL E FIM DE VIGÊNCIA  
 07/03/1981, ARARAQUARA, SP

4 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

5 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

6 - CATEGORIA  
 AC1

7 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

8 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

9 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

10 - CATEGORIA  
 AC1

11 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

12 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

13 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

14 - CATEGORIA  
 AC1

15 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

16 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

17 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

18 - CATEGORIA  
 AC1

19 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

20 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

21 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

22 - CATEGORIA  
 AC1

23 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

24 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

25 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

26 - CATEGORIA  
 AC1

27 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

28 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

29 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

30 - CATEGORIA  
 AC1

31 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

32 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

33 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

34 - CATEGORIA  
 AC1

35 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

36 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

37 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

38 - CATEGORIA  
 AC1

39 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

40 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

41 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

42 - CATEGORIA  
 AC1

43 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

44 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

45 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

46 - CATEGORIA  
 AC1

47 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

48 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

49 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

50 - CATEGORIA  
 AC1

51 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

52 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

53 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

54 - CATEGORIA  
 AC1

55 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

56 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

57 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

58 - CATEGORIA  
 AC1

59 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

60 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

61 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

62 - CATEGORIA  
 AC1

63 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

64 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

65 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

66 - CATEGORIA  
 AC1

67 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

68 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

69 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

70 - CATEGORIA  
 AC1

71 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

72 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

73 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

74 - CATEGORIA  
 AC1

75 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

76 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

77 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

78 - CATEGORIA  
 AC1

79 - DATA EMISSÃO  
 16/04/1999

80 - DATA EMISSÃO  
 15/07/2024

81 - DATA EXPIRAÇÃO  
 13/07/2034

82 - CATEGORIA  
 AC1

83 - DATA EMISSÃO

## QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:  
<https://www.serpro.gov.br/assinador-digital>.

**SERPRO / SENATRAN**

I<BRAD12560285<030<<<<<<<<<<  
8103077M3407138BRA<<<<<<<<<<6  
CARLOS<<FERNANDO<CARBONI<<<<<<



CAMILA TICIANA SCALLI CARBONI  
R IMACULADA CONCEICAO 2600  
CENTRO  
14801-400 ARARAQUARA SPLOTE | Roteiro de Leitura | Nº Medidor | Páginas | Data de Apresentação | Leitura Próximo Mês | Data de Vencimento  
04 | ARABU253-00000460 | 24617680 | 1/2 | 17/11/2025 | 10/12/2025 | 26/11/2025Classificação: Convencional B1 Residencial | Tipo de Fornecedor: Básico  
TENSÃO NOMINAL EM VOLTS | Disp.: 127 | Lim. mín.: 117 | Lim. máx.: 133CAMILA TICIANA SCALLI CARBONI  
R IMACULADA CONCEICAO, 2600  
CENTRO ARARAQUARA - SP  
14801-400  
CPF: \*\*\*\*\*038-\*\*

Código da Instalação

80829

Datas de leituras

Leitura atual | Leitura anterior | Nº de dias  
07/11/2025 | 09/10/2025 | 29

Próxima leitura 10/12/2025

ACESSE AQUI O XML DA SUA NF

NOTA FISCAL Nº 007824357 - SÉRIE 0 / DATA DE EMISSÃO:  
14/11/2025

Consulte pela chave de Acesso em:

<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>

chave de acesso:

35251133050196000189660000078243571031876743

Protocolo de autorização: 3352500033969654 - 15.11.2025 às 01:47:55

Ref: mês/ano | Vencimento | Total a pagar  
NOV/2025 | 26/11/2025 | R\$ 142,82

## Aviso importante

Seu código de Instalação será alterado a partir de jan/26 para atender a REN ANEEL 1095/24. Saiba mais em [www.cpfli.com.br](http://www.cpfli.com.br).CDE Escassez Hídrica TUSD R\$ 1,92 TE R\$ -8,34  
Saldo em Energia da Instalação: Convencional 0,0000000000 kWh  
Saldo a expirar próximo mês: 0,0000000000 kWh  
Considerar quitada se efetuado débito em conta corrente.  
Caso não ocorra o débito utilize esta conta para pagamento.

Descrição da operação Nº 918751000040	Unid. Med.	Quant. Faturada	Tarifa ANEEL	Tarifa com tributos IRS	Valor total da operação R\$	Base Cálc. ICMS	Aliq. ICMS %	ICMS	PIS 0,93%	COFINS 4,24%
Consumo Uso Sistema (WAP) TUSD NOV/25	kWh	367,0000	0,38915000	0,49918766	178,21	178,21	18,00	32,06	1,36	6,20
Consumo - TE NOV/25	kWh	367,0000	0,28738000	0,36957964	131,94	131,94	18,00	23,75	1,01	4,59
Adicional de Bandeira Vermelha NOV/25	kWh			20,49	20,49	20,49	18,00	3,69	0,16	0,71
Energia Ativa Injetada TUSD NOV/25	kWh	307,0000	0,29515000	0,31123779	96,56		0,00		0,89	4,05
Energia Ativa Injetada TE NOV/25	kWh	307,0000	0,28738000	0,36957965	113,46	113,46	18,00	20,42	0,87	3,94
Cred Ado Band Vermelha NOV/25	kWh			17,61	17,61	17,61	18,00	3,17	0,13	0,51
Juros de Mora OUT/25				0,47	0,47					
Multa por Atraso Pgo OUT/25				2,20	2,20					
Atualização Monetária OUT/25				0,14	0,14					
Total Distribuição					100,83					
<b>DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS</b>										
Contribuição Custeio P-CIP NOV/25					35,99					
<b>Total consolidado</b>					<b>142,82</b>	<b>198,67</b>		<b>35,93</b>	<b>0,64</b>	<b>2,90</b>

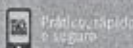
Medidor	Grandezas	Postos Números	Leitura Anterior	Leitura Atual	Cont. Medidor	Consumo kWh
24617680	Energia Ativa kWh	único	9647	8004	1,00	357
24617680	Energia Injetada	único	10538	11097	1,00	549

Reservado ao Fisco

Bandeiras Tarifárias  
Vermelha P1 22 Dias  
Vermelha P1 07 Dias  
Taxa de Perdas %

Indicadores de continuidade de fornecimento de energia: Para consulta dos indicadores acesse nosso site [www.cpfli.com.br](http://www.cpfli.com.br)

PIX - Pague Aqui

DANF3E/Nota Fiscal  
Conta de Energia Elétrica  
007824357 Série 0DÉBITO AUTOMÁTICO  
Banco 033 Agência 0044CódDébAut-Banco  
310048565454Total a Pagar (R\$)  
142,82Data de Vencimento  
26/11/2025

Como pagar via PIX:

Abra o app do seu banco e vá na área PIX

Escaneie o QR Code

Confirme os dados da transação

Pronto. Conta paga e assunto resolvido!

Autenticação Mecânica





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES  
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO



CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME  
TIAGO VICENTE LEITE

1ª HABILITAÇÃO  
17/07/2009

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO

28/08/1987 LAVRAS/MG

4a DATA EMISSÃO

07/12/2023

4b VALIDADE

06/12/2033

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF

534279983 SSPSP

4d CPF

089.271.336-41

5 Nº REGISTRO

04700748716

9 CAT. HAB

AB

NACIONALIDADE

BRASILEIRO

FILIAÇÃO

TARCISIO LEBRON LEITE

NILZA MARQUEZINI VICENTE LEITE

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		06/12/2033	
A1			
B		06/12/2033	
B1			
C			
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES

LOCAL

ARARAQUARA, SP

EDUARDO AGGIO DE SA  
DIRETOR PRESIDENTE DO DE TRAN-SP

ASSINATURA DO EMISSOR

24081858888  
SP021540881

SÃO PAULO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2727103345

PROIBIDO PLASTIFICAR

2727103345



TIAGO VICENTE LEITE  
R MANOEL RODRIGUES JACOB 1451 CA 31 A  
JD STA ANGELINA  
14802-195 ARARAQUARA SP

LOTE	Roteiro de Leitura	Nº Medidor	Páginas	Data de Apresentação	Leitura Próximo Mês	Data de Vencimento
03	ARABU040-00000179	24972736	1/2	19/11/2025	09/12/2025	18/12/2025

Classificação: Convencional B1 Residencial	Tipo de Fornecimento: Básico		
TENSÃO NOMINAL EM VOLTS	Disp.: 127	Lim. mín.: 117	Lim. máx.: 133

TIAGO VICENTE LEITE  
R MANOEL RODRIGUES JACOB, 1451 CA 31 A  
JD STA ANGELINA ARARAQUARA - SP  
14802-195  
CPF: \*\*\*\*\*336-\*

## Código da Instalação

38460602

Datas de leituras		
Leitura atual	Leitura anterior	Nº de dias
06/11/2025	08/10/2025	29
Próxima leitura 09/12/2025		

ACESSE AQUI O XML DA SUA NF

NOTA FISCAL Nº 007894051 - SÉRIE 0 / DATA DE EMISSÃO:  
14/11/2025Consulte pela chave de Acesso em:  
<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>  
chave de acesso:

35251133050196000188660000078940511083510052

Protocolo de autorização: 3352500033740121 - 15.11.2025 às 01:20:32



Ref. mês/ano	Vencimento	Total a pagar
NOV/2025	18/12/2025	R\$ 82,30

## Aviso importante

Seu código de Instalação será alterado a partir de jan/26 para atender a REN ANEEL 1095/24. Saiba mais em [www.cpf.com.br](http://www.cpf.com.br).

Participação na geração 100.0000%  
CDE Escassez Hídrica TUSD R\$ 0,92 TE R\$ -4,01  
Saldo em Energia da Instalação: Convencional 874.0000000000 kWh  
Saldo a expirar próximo mês: 0,0000000000 kWh

Descrição da operação Nº 910203574308	Unid. Med.	Quant. Faturada	Tarifa ANEEL	Tarifa com tributos RS	Valor total da operação R\$	Base Cálc. ICMS	Aliq. ICMS %	ICMS	PIS 0,93%	COFINS 4,24%	Tributo	Base de Cálc. (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
Consumo Uso Sistema (KWh)-TUSD NOV/25	KWh	184.0000	0,30815000	0,48510670	85,38	85,38	12,00	10,27	0,70	3,18	ICMS	106,46	12,00	12,65
Consumo - TE NOV/25	KWh	184.0000	0,28738000	0,34434783	63,36	63,36	12,00	7,60	0,52	2,36	PIS/COFINS	51,10	0,93	0,47
Adicional de Bandeira Vermelha NOV/25	KWh				9,84	9,84	12,00	1,18	0,08	0,37	COFINS	51,10	4,24	2,16
Energia Ativa Injetada TUSD NOV/25	KWh	134.0000	0,29915000	0,31126805	41,71		0,00		0,39	1,71				
Energia Ativa Injetada TE NOV/25	KWh	134.0000	0,28738000	0,34440299	46,15	46,15	12,00	5,54	0,38	1,72				
Cred Adic. Band. Vermelha NOV/25	KWh				7,17	7,17	12,00	0,88	0,06	0,27				
Total Distribuidora					63,75									
DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS														
Contribuição Custeio IP-CIP NOV/25					18,55									
Total consolidado					82,30	105,46		12,65	0,47	2,18				

Medidor	Grandezas	Posição bandeiras	Leitura Anterior	Leitura Atual	Capacidade Medidor	Consumo KWh
24972736	Energia Ativa-kWh	Único	987	1051	1,00	164
24972736	Energia Injetada	Único	1238	1612	1,00	374

Reservado ao Fisco

**Bandeiras Tarifárias**  
Vermelha P1 23 Dias  
Vermelha P1 05 Dias  
Taxa de Perdas %

Indicadores de continuidade de fornecimento de energia: Para consulta dos indicadores acesse nosso site [www.cpf.com.br](http://www.cpf.com.br)

PIX - Pague Aqui

Prático, rápido  
e seguroDANF3E/Nota Fiscal  
Conta de Energia Elétrica  
007894051 Série 0CódDebAut-Banco  
310141391540Total a Pagar (R\$)  
82,30Data de Vencimento  
18/12/2025

Essa conta poderá ser paga no credenciado mais perto de você

SUPERMERCADO SEMPRE VALE LJA 24  
SUPERMERCADO SEMPRE VALE LJA 25  
MORADA ASSESSORIA DE CREDITO LTDA MEAV. PIO LOURENÇO CORREIA 408 - JARDIM SANTA  
RUA IMACULADA CONCEIÇÃO 1511 - CENTRO  
RUA SÃO BENTO - SALA 02 1225 - CENTRO

Autenticação Mecânica

836000000007 823000403373 334465787037 101413915402







VALIDA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME

MARIA LUISA APARECIDA CORDANO



DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF  
8678960 SESP/SP

CPF  
048.889.688-61

DATA NASCIMENTO  
01/01/1962

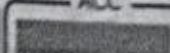
FILIAÇÃO  
DAVID CORDANO

ODILA RIBEIRO CORDANO

PERMISSÃO



ACC



CAT. HAB.

AB

Nº REGISTRO

03276117105

VALIDADE

11/02/2025

1ª HABILITAÇÃO

08/06/1993

VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2081327739





DEPARTAMENTO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO  
AVENIDA JOSE PARISI - 331 - Caixa Postal, 380 - VILA VELOSA ARARAQUARA SP 14806-000  
CNPJ: 44.239.770/0001-67 - INSCRIÇÃO ESTADUAL N° ISENTA  
Informações e/ou Reclamações - Ligue 08006022324

SEGUNDA VIA

CÓDIGO PARA  
DÉBITO AUTOMÁTICO  
812005

VENCIMENTO  
15/12/2025

MATRÍCULA  
00081200.5

USUÁRIO: MARIA LUISA APARECIDA CORDANO  
PROPRIETÁRIO: ANTONIO CARLOS SILVA

CPF/CNPJ: 048.XXX.XXX-XX  
CPF/CNPJ: 054.XXX.XXX-XX

INSCRIÇÃO

001.462.496.1220.046

ENDEREÇO DO IMÓVEL

RUA PAULO SERGIO REAL DIAS, 0105 - L.7-Q.D - RESIDENCIAL VENETO ARARAQUARA  
SP 14806-448

FATURA

11/2025

RESPONSÁVEL  
1368545

ENDEREÇO PARA ENTREGA

RUA PAULO SERGIO REAL DIAS, 0105 - L.7-Q.D - RESIDENCIAL VENETO  
ARARAQUARA SP 14806-448

ÁGUA

ESGOTO

LIGADO

LIGADO

ÚLTIMAS MEDIÇÕES

10/2025 -	16	09/2025 -	17
08/2025 -	22	07/2025 -	57-AC
06/2025 -	26	05/2025 -	26

CATG.	ECONOMIAS	MEDIÇÃO P/ ECON.	COD. AUXILIAR
RES	1	23	R 53027

LEITURA

ANTERIOR	ATUAL
----------	-------

264	287
15/10/2025	14/11/2025

CONSUMO  
(M³)

23	23
NºHm: A24SG0123232	

MEDIÇÃO EFETIVA

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E TARIFAS

VALOR R\$

ÁGUA

81,09

ESGOTO

81,09

PARCELAMENTO DE DÉBITOS

- PARCELA 3/12

46,75

JUROS SOBRE PARCELAMENTO

08/2025 - PARCELA: 3/12

1,53

TARIFA RESIDUO SÓLIDO CONCESSÃO

11/2025

42,99

IMPOSTOS 1,00% PASEP: 1,62 E 1,00% FUNDO SOCIAL: 1,62 | NÃO PETER I.R. ART 150, VI, A, DA CF/1988

TOTAL

R\$

253,45

ATRASO PGTO INCIDI JUROS, MULTA, CORTE, HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ADM. PARA INFORMAÇÕES RESÍDUOS 0800 590 0035

INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE DE QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO  
(PORTARIA GM/MS N° 888, DE 4 DE MAIO DE 2021)

GERÊNCIA REGIONAL: GERENCIA CAPITAL

Mês/Ano: 10/2025

REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA

TURBIDEZ (uT)

CLORO (mg/L)

PARÂMETROS (Valores Médios)

0,10

0,60

VIA CLIENTE

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

Emitido em: 11/12/2025



MATRÍCULA  
00081200.5

INSCRIÇÃO  
001.462.496.1220.046

FATURA  
11/2025

VENCIMENTO  
15/12/2025

VALOR R\$

253,45

GRUPO: 46

FIRMA: 1

VIA DAAE-ARARAQUARA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



VÁLIDA EM TODO  
O TERRITÓRIO NACIONAL  
2299486402

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSPORTES  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
MOACIR TADEU DE MELO SOARES



DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF  
9902145 IIRGDEP

CNPJ  
594.342.448-20 DATA NASCIMENTO  
28/10/1953

FILIAÇÃO  
BENEDITO SOARES

AURORA DE MELO SOARES

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.

AB

Nº REGISTRO  
03099005908

VALIDADE  
08/11/2026

1ª HABILITAÇÃO  
09/05/1973

OBSERVAÇÕES

A

*Manoel de Melo Soares*

ASSINATURA DO PORTADOR

DATA EMISSÃO

LOCAL  
ARARAQUARA, SP

09/11/2021

*Ernesto Mascellani Neto*  
Ernesto Mascellani Neto Diretor Presidente do Detran-SP  
Assinatura Eletrônica

ASSINATURA DO EMISSOR

03401884240  
SP008057533

SÃO PAULO

PROIBIDO PLASTIFICAR

2299486402



MATRÍCULA: 255610

MÊS/ANO: 09/2025

PROPRIETÁRIO: MOACIR T. DE M. SOARES  
CONSUMIDOR: MOACIR T. DE M. SOARES  
AV PROF EUGENIO FRANCISCO MALAMAN, 0371 CASA -  
VILA JOSE BONIFACIO  
CÓDIGO PARA DÉBITO AUTOMÁTICO: 255610

Nº HIDRÔMETRO Y17A0017990	CATEGORIA RES	ECONOMIA 1	PERÍODO DA LEITURA 13/08/2025 a 13/09	
LEITURA ANTERIOR 2021	LEITURA ATUAL 2039	OCCORRÊNCIA	CONSUMO 18	MEDIÇÃO EFETIVA 18
IDENTIFICAÇÃO 001.452.017.6053.000		GRUPO 45	PREVISÃO DA PRÓXIMA LEITURA 13/10/2025	

### DESCRIÇÃO DA CONTA

DESCRIÇÃO	TOTAL (R\$)
ÁGUA	53,
ESGOTO	53,
TARIFA RESID SOLIDO CONCESSAO 09/2025	28,





**LAR DA CRIANÇA  
RENASCER**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2.001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIA Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
D.O.U. DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## **ANEXO V**

### **DECLARAÇÃO DE COMPROVAÇÃO DE ENDEREÇO DA SEDE DA ORGANIZAÇÃO SOCIEDADE CIVIL**

Declaro para os devidos fins que a OSC denominada Lar da Criança Renascer, se encontra sediada à Rua Paulo Elias Antônio nº919, bairro jardim Eliana, na cidade de Araraquara/SP, conforme comprovante apresentado (conta de luz) em anexo, inscrita no CNPJ nº 74.493.065.0001-52, ativo há 31 anos de existência, estando a veracidade das informações confirmadas no comprovante de Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, emitido pela Receita Federal do Brasil.

Araraquara 16 de Dezembro de 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente

---

Rua Paulo Elias Antonio, 919 - CEP 14807-268 - Jd. Água Branca - Fone: (16) 3334-7154 - Araraquara-SP

**“ADOpte UM CORAÇÃO QUE BATE SEM DIREÇÃO”**

Visite nosso site: [www.orfanatorenascer.com.br](http://www.orfanatorenascer.com.br) • E-mail: [lardacriancarenascer@yahoo.com.br](mailto:lardacriancarenascer@yahoo.com.br)

LAR DA CRIANÇA RENASCE  
R PAULO ELIAS ANTONIO 919  
JD ELIANA  
14807-268 ARARAQUARA SP

LOTE 08 | Roteiro de Leitura ARABU291-00000374 | Nº Medidor 40182239 | Páginas 1/2 | Data de Apresentação 19/11/2025 | Leitura Próximo Mês 16/12/2025 | Data de Vencimento 28/11/2025

Classificação: Convencional B3 Comercial Templos Religiosos	Tipo de Fornecimento: Trifásico
TENSÃO NOMINAL EM VOLTS	Disp.: 127
Lim. mín.: 117	Lim. máx.: 133

LAR DA CRIANÇA RENASCE  
R PAULO ELIAS ANTONIO, 919  
JD ELIANA ARARAQUARA - SP  
14807-268  
CNPJ: 74.493.065/0001-52

## Código da Instalação

531430

## Datas de leituras

Leitura atual 13/11/2025 | Leitura anterior 15/10/2025 | Nº de dias 29

Próxima leitura 16/12/2025

ACESSE AQUI O XML DA SUA NF

NOTA FISCAL Nº 008494791 - SÉRIE 0 / DATA DE EMISSÃO:  
18/11/2025

Consulte pela chave de Acesso em:

<https://dfe-portal.svrs.rs.gov.br/NF3E/Consulta>

chave de acesso:

35251133050196000188660000084947911078446257

Protocolo de autorização: 3352500035870390 -19.11.2025 às 00:14:15



Ref: mês/ano	Vencimento	Total a pagar
NOV/2025	28/11/2025	R\$ 108,60

## Aviso importante

Seu código de Instalação será alterado a partir de jan/26 para atender a REN ANEEL 1095/24. Saiba mais em [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br).Participação na geração 100.0000%  
Seu faturamento foi realizado pela média, em 13/11/2025 às 09:14,  
devido a Imóvel fechado. - 2º mês. Mantenha livre acesso ao  
medidor e evite o corte de energia.  
CDE Escassez Hídrica TUSD R\$ 0,64 TE R\$ -2,80  
Saldo em Energia da Instalação: Convencional 34.540,0000000000 kW

Saldo a expirar próximo mês: 0,0000000000 kWh

Descrição da operação Nº 901005139624		Unid. Med.	Quant. Faturada	Tarifa ANEEL	Tarifa com tributos R\$	Valor total da operação R\$	Base Cál. ICMS	Aliq. ICMS %	ICMS	PIS 0,93%	COFINS 4,24%			
Consumo Uso Sistema [KWh]-TUSD NOV/25		kWh	120,0000	0,38815000	0,49916667	59,90	59,90	18,00	10,78	0,46	2,08	ICMS 18,46		
Consumo - TE NOV/25		kWh	120,0000	0,28738000	0,36958334	44,35	44,35	18,00	7,98	0,34	1,54	PIS/PASEP 0,70		
Adicional de Bandeira Vermelha NOV/25		kWh				6,89	6,89	18,00	1,24	0,05	0,24	COFINS 3,21		
Energ Atv Inj. mUC mPT - TUSD JAN/23		kWh	20,0000	0,38815000	0,40950000	8,19		0,00		0,08	0,35			
Energ Atv Inj. mUC mPT - TE JAN/23		kWh	20,0000	0,28738000	0,37000000	7,40	7,40	18,00	1,33	0,06	0,26			
Cred Adc Band Vermelha NOV/25		kWh				1,15	1,15	18,00	0,21	0,01	0,04			
Juros de Mora OUT/25						0,10								
Multa por Atraso Pgto OUT/25						1,97								
Atualização Monetária OUT/25						0,03								
Total Distribuidora						96,50								
DÉBITOS DE OUTROS SERVIÇOS														
Contribuição Custeio IP-CIP NOV/25						12,10								
Total consolidado						108,60	102,59		18,46	0,70	3,21			

Tributo	Base de Cál. (R\$)	Alíquota (%)	Valor (R\$)
ICMS	102,59	18,00	18,46
PIS/PASEP	75,94	0,93	0,70
COFINS	75,94	4,24	3,21

Consumo / kWh			
Consumo faturado		Nº dias	
NOV 25	I	120	29
OUT 25	I	120	33
SET 25	I	120	29
AGO 25		1320	30
JUL 25		1400	33
JUN 25		1280	29
MAI 25		1480	30
ABR 25		1560	31
MAR 25		1720	30
FEV 25		1320	28
JAN 25		1320	30
DEZ 24		1440	33
NOV 24		1120	29

Medidor	Grandezas	Postos horários	Leitura Anterior	Leitura Atual	Const. Medidor	Consumo kWh	Reservado ao Fisco
40182239	Energia Ativa-kWh	único	1067	1070	40,00	120	
40182239	Energia Injetada	único	1850	1850	40,00	0	

Bandeiras Tarifárias	
Vermelha P1	16 Dias
Vermelha P1	13 Dias
Taxa de Perdas %	

Indicadores de continuidade de fornecimento de energia: Para consulta dos indicadores acesse nosso site [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br)

PIX - Pague Aqui

Prático, rápido  
e seguroDANF3E/Nota Fiscal  
Conta de Energia Elétrica  
008494791 Série 0CódDébAut-Banco  
310004377628Total a Pagar (R\$)  
108,60Data de Vencimento  
28/11/2025

Essa conta poderá ser paga no credenciado mais perto de você

MERCADO DO CARLAO  
L.R. THOMAZINI - MINIMERCADO  
UNIAO DA CONSTRUCAOR PROFESSORA ELIZA ARTIOLI 377 - JD ITALIA  
AV PABLO PICASSO 1701 - JARDIM ADALB ROXO II  
AV ENG CAMILO DINUCCI 1781 - JD REGINA

Autenticação Mecânica

836400000011 086000403484 633644709030 100043776283





Baixe o app



Disponível para  
Android e iPhone

## Resolva com alguns cliques

Acesse [www.cpfl.com.br](http://www.cpfl.com.br) ou o aplicativo CPFL Energia para:

- ✓ Consultar débitos, solicitar 2ª via de conta, trocar o nome da fatura, informar falta de energia, solicitar desligamento do imóvel, consultar regras de cobrança de CIP e Informações sobre os indicadores de continuidade e sua apuração.
- ✓ Obter informações sobre seus atendimentos comerciais, condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e tributos.



### Conta fácil

Acesse a **Conta Fácil**, um jeito simples de entender seu consumo.



### Conta digital

Escolha a **Conta Digital**, para receber sua conta por email ou SMS, de forma mais prática, segura e sustentável.

## Atendimento CPFL

**0800 010 10 10**

Ligação gratuita de telefones fixos e móveis

**Atendimento exclusivo para portadores de deficiência auditiva e de fala**

**0800 774 41 20**

Ligação gratuita de telefones adaptados fixos

### Ouvidoria

**0800 770 27 35**

Ligação gratuita de telefones fixos e móveis

**ARSESP Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo**

**0800 727 01 67**

Somente para as cidades do Estado de São Paulo. Ligação gratuita de telefone fixo.

**ANEEL Agência Nacional de Energia Elétrica**

**167** Ligação gratuita de telefones fixos e móveis

## Indicadores de continuidade do fornecimento de energia

- DIC = Duração de Interrupção Individual por unidade consumidora (hora/mês)  
FIC = Frequência de Interrupção Individual por unidade consumidora (qtd./mês)  
DMIC = Duração Máxima de Interrupção Individual por unidade consumidora (hora/mês)  
EUSD = Valor mensal do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição  
DICRI = Duração de Interrupção Individual ocorrida em um dia crítico por unidade consumidora (hora)  
Caso ocorra violação dos padrões destes indicadores, você tem o direito de receber uma compensação monetária

### Limite de Tensão (volts)

Nominal	Lim. Inferior	Lim. Superior
115	106	121
120	110	126
127	117	133
220	202	231
230	212	242
240	221	252
380	350	399

Módulo 8 do PRODIST - ANEEL

**CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE, APÓS VENCIMENTO INCIDIRÁ MULTA DE 2%, JUROS DE MORA DE 0,033% AO DIA E ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA EM CONTA FUTURA.**



## ENDEREÇO DE DEVOLUÇÃO

Companhia Paulista de Força e Luz  
Rua Jorge de Figueiredo Correa, 1632  
Jd. Professora Tarcília - Campinas - SP  
CEP 13087-397

**PARA  
USO DOS  
CORREIOS**

- |   |   |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> 01. Mudou-se                 | <input type="checkbox"/> 07. Ausente                        |
| <input type="checkbox"/> 02. Endereço insuficiente    | <input type="checkbox"/> 08. Não procurado                  |
| <input type="checkbox"/> 03. Não existe o n° indicado | <input type="checkbox"/> 09. Objeto danificado              |
| <input type="checkbox"/> 04. Falecido                 | <input type="checkbox"/> 10. Ed. desconhecido na localidade |
| <input type="checkbox"/> 05. Desconhecido             | <input type="checkbox"/> 11. Falta complemento              |
| <input type="checkbox"/> 06. Recusado                 | <input type="checkbox"/> 12. Caixa postal cancelada         |

Reintegrado ao Serviço Postal em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Rúbrica do Responsável: \_\_\_\_\_

Matrícula: \_\_\_\_\_



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS  
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: LAR DA CRIANÇA RENASCER**  
**CNPJ: 74.493.065/0001-52**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 17:20:58 do dia 29/09/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 28/03/2026.

Código de controle da certidão: **D674.1423.E2E9.1C29**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





## Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

### Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ: 74.493.065/0001-52

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que **não constam débitos** declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 25120773001-50

Data e hora da emissão 10/12/2025 11:47:23

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio [www.pfe.fazenda.sp.gov.br](http://www.pfe.fazenda.sp.gov.br)



# PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

## Procuradoria da Dívida Ativa

### Certidão Negativa de Débitos Inscritos da Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ Base: 74.493.065

Ressalvado o direito de a Fazenda do Estado de São Paulo cobrar ou inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da pessoa jurídica/física acima identificada que vierem a ser apuradas, é certificado que:

**não constam débitos inscritos em Dívida Ativa de responsabilidade do Interessado(a).**

Tratando-se de CRDA emitida para pessoa jurídica, a pesquisa na base de dados é feita por meio do CNPJ Base, de modo que a certidão negativa abrange todos os estabelecimentos do contribuinte, cuja raiz do CNPJ seja aquela acima informada.

Certidão nº 76404132

Folha 1 de 1

Data e hora da emissão 10/12/2025 12:48:12

(hora de Brasília)

Validade 30 (TRINTA) dias, contados da emissão.

Certidão emitida nos termos da Resolução Conjunta SF-PGE nº 2, de 9 de maio de 2013.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio

<http://www.dividaativa.pge.sp.gov.br>



Voltar

Imprimir



## **Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 74.493.065/0001-52  
**Razão Social:** LAR DA CRIANÇA RENASCER  
**Endereço:** R PAULO ELIAS ANTONIO 919 / JARDIM ELIANA / ARARAQUARA / SP / 14807-268

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 30/11/2025 a 29/12/2025

**Certificação Número:** 2025113002350505934100

Informação obtida em 10/12/2025 11:24:45

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: LAR DA CRIANÇA RENASCER (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 74.493.065/0001-52

Certidão nº: 55383191/2025

Expedição: 19/09/2025, às 10:47:32

Validade: 18/03/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **LAR DA CRIANÇA RENASCER (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **74.493.065/0001-52**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.





**LAR DA CRIANÇA  
RENASCER**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FL. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCRLAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004 PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

### **DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E OPERACIONAL**

Eu Ricardo Capparelli, brasileiro, portador do RG nº 4.109.311-2, e CPF nº 549.332.008-82, residente e domiciliado à Rua Itália Comito Lima, nº 301 representante legal da Organização da Sociedade Civil, denominada de LAR DA CRIANÇA RENASCER, com Sede à rua Paulo Elias Antônio, nº 919, Bairro Jardim Água Branca, na cidade de Araraquara, inscrito no CNPJ nº 74.493.065.0001-52, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa e nos termos da Lei nº 13.019/2014, art. 33, "b" e "c", DECLARO que a Organização da sociedade Civil em tela possui experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, conforme comprovado no Relatório de Atividades (documento anexo); e que possui capacidade técnica e operacional e está em pleno e regular funcionamento, cumprindo suas finalidades estatutárias, dispondo de estrutura e recursos necessários para execução de Plano de Trabalho apresentado no processo seletivo do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2025

Araraquara 16 de dezembro 2025

Ricardo Capparelli

Presidente

---

Rua Paulo Elias Antonio, 919 - CEP 14807-268 - Jd. Água Branca - Fone: (16) 3334-7154 - Araraquara-SP

**"ADOpte UM CORAÇÃO QUE BATE SEM DIREÇÃO"**

Visite nosso site: [www.orfanatorenascer.com.br](http://www.orfanatorenascer.com.br) • E-mail: [lardacriancarenascer@yahoo.com.br](mailto:lardacriancarenascer@yahoo.com.br)







**LAR DA CRIANÇA  
RENASCE**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.289 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PÁG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCIRAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 00026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2025

### CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

CNPJ: 74.493.065/0001-52	
NOME EMPRESARIAL: Lar da Criança Renascer	
NOME FANTASIA: Orfanato Renascer	
ENDEREÇO: Rua Paulo Elias Antônio, 919	
CEP: 14807-268	MUNICÍPIO: Araraquara
TELEFONE: 3334-71-54	
E-MAIL: lardacriancarenascer@yahoo.com.br	
PRESIDENTE: Ricardo Capparelli	
MANDATO: 21/01/2025 a 20/01/2028	

### OBJETIVO GERAL DA ENTIDADE

O Lar da Criança Renascer é uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve programa de acolhimento institucional à crianças e adolescentes, de ambos os sexos, de 0 à 18 anos, somente encaminhados pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude, e, excepcionalmente, pelo Conselho Tutelar, respeitando a capacidade de cada Casa-Lar.

A Entidade segue o modelo de acolhimento denominado de Casa Lar, na qual uma funcionária (Mãe Social) trabalha como cuidadora responsável por uma casa que não é sua, prestando cuidados a um grupo de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meios de medida protetiva de abrigo (art. 101 do ECA), cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua responsabilidade de cuidar e proteger, até que seja viabilizado o retorno ao seu convívio ou, na sua impossibilidade, a possibilidade de encaminhar à família substituta.

A Instituição conta atualmente com seis casas-lares, sendo que em cada uma delas há uma mãe social, responsável e designada a cuidar e zelar pelo bem-estar das crianças e adolescentes, bem como orientá-los quanto à higiene (pessoal e ambiental), alimentação, tarefas escolares, atividades de lazer, tarefas domésticas de acordo com a faixa etária, acompanhamento de consultas médicas, passeios e demais atendimentos.

O Lar da Criança Renascer segue os preceitos determinados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8069 de 13/10/1990, especialmente no que tange à Parte Especial (Título I- Da política de Atendimento), e (Título II- Das Medidas de Proteção), procurando sempre preservar a identidade e oferecer ambiente de respeito e dignidade aos acolhidos. A mesma traz em sua concepção básica, o reconhecimento da criança e do adolescente como titulares de direitos e “pessoas em condição peculiar de desenvolvimento”, conforme preconizado pelo ECA (artigo 4º). De acordo com o interesse maior da Entidade, e seguindo o art. 227 da Constituição Federal, além de proteger e cuidar de nossos infantes e adolescentes, procuramos salvaguardar à proteção integral, minimizando toda forma de negligência, discriminação, exploração e violência. Objetivamos , mais especificadamente:

- Resguardar a integridade física e emocional das crianças/adolescentes no período do acolhimento, bem como, respeitar a individualidade e história de vida;
- Estimular a participação das crianças/adolescentes na vida comunitária;
- Conscientizar/esclarecer à criança/adolescente sobre o contexto de seu acolhimento e processo judicial;
- Colaborar para o processo de reintegração familiar, sendo esta a família de origem/extensiva; bem como, a substituta;
- Colaborar no andamento do processo com informações sobre as crianças/adolescentes, conforme solicitação judicial;
- Orientar e apoiar as Cuidadoras (Mães Sociais) quanto as suas responsabilidades e atribuições;

#### **ATIVIDADES, SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS**

( X ) PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE	ESPECIFICAR: Instituição de Acolhimento em modalidade de Casa Lar
CAPACIDADE DE ATENDIMENTO: 20	Quantidade de acolhidos no ano de 2025 26 acolhidos

## **DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADA NO ANO**

O Lar da Criança Renascer, manteve 26 acolhimentos ao longo do ano.

### **a)- Educação :**

- ▶ Todas as crianças/adolescentes foram regularmente matriculadas, inclusive os mais recentes chegados e frequentaram Escolas da Rede Pública EMEF Rafael de Medina, e Creche próximas à Instituição CER Profª Amélia Fávero Manini. Mantivemos contato regularmente com os órgãos de ensino, pois a inserção de crianças/adolescente ocorre a qualquer momento conforme decisão judicial.
- ▶ 5 crianças estão frequentando os Projetos de contra turno, no horário inverso ao escolar, de segunda a sexta.
- ▶ 8 crianças e adolescentes com idade acima de 05 anos puderam participar do Projeto da sala de multimídia, a fim de trabalhar alguns conceitos como: 1) **Pratique o bem e o resto vem;**  
2) **Projeto Bullying, tô fora;**  
3) **Projeto identificando as diferenças;**  
4) **Plantando o futuro;**
- ▶ 14 Crianças e adolescentes foram inseridas a rede de ensino fundamental, infantil e ensino médio.

### **b)-Saúde:**

- ▶ Todas as crianças fazem acompanhamento e são referenciadas no Posto do Yolanda Opice;
- ▶ Sete crianças fizeram acompanhamento psicológico e dois adolescentes tiveram Atendimento com Psiquiatra no Espaço Crescer.
- ▶ Três bebês frequentaram o CDIP (Centro de Diagnóstico e Intervenção Precoce) para acompanhamento multidisciplinar, em função de serem prematuros e oriundos de gestação permeada por drogas e álcool e medicação psicotrópica.
- ▶ Ministradas as devidas vacinas às crianças e adolescentes, a fim de colocar a carteirinha em dia, dois bebês receberam doses da vacina de alto custo palivizumabe;
- ▶ Dra Regina Barbieri (Pediatra) uma vez por semana na instituição e quando necessário em seu consultório de atendimentos totalmente gratuitos.
- ▶ Todos os acolhidos tiveram triagem na especialidade de odontologia, bem como tratamento e uso de aparelho por 05 crianças e adolescentes.
- ▶ 01 criança passou por cirurgia ortopédica para correção de tenotomia do tendão;
- ▶ 04 crianças frequentaram Núcleo de saúde NGA3 nas especialidades de cardiologia, pneumologia, ortopedia e dermatologia;
- ▶ 05 criança e adolescentes tiveram atendimento no CER neurologista;
- ▶ 01 criança encaminhada para Incor São Paulo.



**c)- Cultura e Esporte:**

- ▶ Criança e adolescentes frequentaram o Iracema Nogueira (apresentação – Oficina Cultural)
- ▶ Quatro crianças frequentaram a Acqua (Natação);
- ▶ Três adolescentes frequentaram o contra turno LBV.
- ▶ Uma adolescente participou do atletismo na modalidade de corrida;
- ▶ 06 crianças participam da oficina das meninas;

**d)- Passeios e Atividades Extras:**

- ▶ Saídas com Tios do Passeio, padrinhos e voluntários de nossa Instituição que comumente levam os acolhidos para passeios aos finais de semana, favorecendo a interação social dos mesmos. Todos os acolhidos participaram.
- ▶ Comemoração aniversariante do mês todas as crianças e adolescentes
- ▶ Participaram de passeios ao cinema;
- ▶ Participação de passeios externos diversos;

**e)- Psicologia /Auxiliar Social /Coordenação/Serviço Social**

- ▶ Acolhimento e desacolhimento das crianças/adolescentes;
- ▶ Entrevista e Seleção de Cuidadoras (Mães Sociais);
- ▶ Acompanhamento e supervisão de estagiários do setor de Serviço Social ;
- ▶ Providenciamos documentos Pessoais como RG e CPF bem como segunda via de Certidões de nascimento;
- ▶ Visitas domiciliares às famílias dos acolhidos;
- ▶ Acompanhamento e avaliações no Espaço Crescer,
- ▶ Reuniões, contatos com escola e creche;
- ▶ Elaboração do PIA (participação da reunião com a Câmara técnica e rede de atendimento), e encaminhamentos das famílias.
- ▶ Manutenção dos prontuários ,mantendo informações sempre atualizadas; atualização de documentos pessoais.
- ▶ Participação de audiências ,
- ▶ Elaboração de relatório interno e externo como, Vara da Infância e Juventude, Promotoria de Justiça,
- ▶ Contato permanente com a equipe técnica da Vara da Infância e Juventude e do Idoso, com participação semestral nas audiências concentradas;
- ▶ Acompanhamento dos familiares durante as visitas das crianças/adolescentes aqui na Instituição; Dinâmica de atendimento, de apoio informal ou técnico sendo este em grupo ou individuais com as crianças/adolescentes e Mães Sociais.
- ▶ Foram realizados atendimento individual e grupal com as Mães Sociais, para orientação, apoio, acompanhamento e supervisão do contato realizado com os acolhidos.
- ▶ Frequentes reuniões e contatos com a Secretaria de Assistência Social, Termo de colaboração, prestações de contas;

- ▶ Recepção e acompanhamento às visitas abertas à comunidade, para conhecerem a dinâmica da Instituição, apresentação de trabalhos ou entrega de presentes com festa para as crianças;
- ▶ Seleção de voluntários;

### **AVALIAÇÃO GERAL**

Consideramos que as atividades realizadas pelo Lar da Criança Renascer durante o ano de 2025, foram bastante satisfatórias, onde não poupamos esforços para garantir atender as necessidades de nossas crianças e adolescentes em todos os âmbitos.

ARARAQUARA Dezembro de 2025

A handwritten signature in black ink, featuring a stylized, cursive script with a large loop at the end.

Ricardo Capparelli  
PRESIDENTE



## TERMO DE COLABORAÇÃO

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº **037/2025**  
QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO  
DE ARARAQUARA/SP, POR INTERMÉDIO  
DA SECRETARIA MUNICIPAL DE  
ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO  
SOCIAL E O LAR DA CRIANÇA RENASCER  
PARA SERVIÇOS ASSISTENCIAIS DE  
AÇÃO CONTINUADA PARA  
ATENDIMENTO À POPULAÇÃO  
SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE  
SOCIAL E RISCO POR MEIO DE AÇÕES  
SOCIOEDUCATIVAS REPASSADAS POR  
MEIO DO FUNDO MUNICIPAL DA  
ASSISTÊNCIA SOCIAL.

O MUNICÍPIO DE ARARAQUARA/SP, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, com sede na Rua 13 de Maio, 1264, Vila Xavier, Araraquara/SP, representada neste ato pela Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, LUCIMEIRE DE FÁTIMA LAURINDO, inscrita no CPF/ MF sob nº 316.612.838-70, devidamente nomeada pela Portaria Municipal 29.752, de 01 de janeiro de 2025, na forma da Lei Municipal nº 10.110, de 07 de janeiro de 2021, autorizado pelo art. 9º do Decreto Municipal nº 11.424/2017, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, e o LAR DA CRIANÇA RENASCER, com sede na Rua Paulo Elias Antônio, 919, bairro Jardim Agua Branca, em Araraquara/SP, CEP 14.807-268, inscrita no CNPJ/ MF nº 74.493.065/0001-52, representada neste ato, por seu presidente, RICARDO CAPPARELLI, portador da cédula de identidade RG nº 4.109.311-2 e inscrito no CPF/ MF sob nº 549.332.008-82, doravante denominada ENTIDADE PARCEIRA, resolvem celebrar o presente

## TERMO DE COLABORAÇÃO

A ser regido pelas cláusulas abaixo elencadas, observados os dispositivos legais da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, do Decreto Municipal nº 11.434, de 18 de julho de 2017, e suas alterações, e os requisitos e condições das Leis de Diretrizes Orçamentárias e Orçamentária Anual vigentes.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente termo de colaboração tem por objeto, a execução da atividade social de interesse público e recíproco denominado “SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL – ALTA COMPLEXIDADE”, que visa ofertar serviço social de alta complexidade de acolhimento provisório e excepcional para crianças e adolescentes de ambos os sexos, em conformidade com o Plano de Trabalho (despacho nº 14 – Proc. Adm. nº 102.765/2024), que é parte integrante indissociável deste ajuste, previamente aprovado pela Comissão de Seleção instituída pela Portaria Municipal nº 29.458, de 03 de julho de 2024.





1.2. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias, e pelas demais normas aplicáveis a esta parceria, especialmente o art.45 da Lei Federal nº 13.019/2014;

1.3. É vedada a execução de atividades por parte da ENTIDADE PARCEIRA que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Estado relacionadas ou não com a política pública objeto desta parceria;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o próprio aparelho administrativo do Estado.

## CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

### I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:

a) fornecer às organizações da sociedade civil manuais específicos de prestação de contas, com instruções de registros contábeis e patrimoniais em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) emitir periodicamente relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) realizar, nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;

d) liberar os recursos por meio de transferência eletrônica em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública, conforme o cronograma de desembolso atrelado à parceria, que, por sua vez, guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de colaboração.

e) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o Secretário Municipal gestor da política pública de fundo da presente parceria deverá designar novo gestor, assumindo, até a efetiva designação, as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) viabilizar o acompanhamento pela Internet dos processos de liberação de recursos;

h) manter, em seu sítio oficial na Internet, informações do presente termo de colaboração e de seu respectivo plano de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento da vigência e execução desta parceria, conforme previsto no art. 4º do Decreto Municipal nº 11.434/2017.



i) divulgar pela Internet os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria, conforme previsto no art. 6º do Decreto Municipal 11.434/2017.

j) instaurar tomada de contas antes do término da parceria para fins de responsabilização pelo ressarcimento dos recursos financeiros empregados no projeto ou atividade, desde que constatadas evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

k) designar, através da Gerência de Parcerias, órgão da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Finanças, profissional capacitado, servidor público ou não, para realizar visita técnica a ser conduzida por meio de instrumento composto por roteiro de dados, cujo parecer técnico deverá ser elaborado antes das atividades relacionadas à avaliação e ao monitoramento a que se refere a cláusula NONA.

l) viabilizar acompanhamento pela Internet dos procedimentos administrativos atinentes à liberação de recursos referentes às parcelas deste termo de colaboração;

## II - DA ENTIDADE PARCEIRA:

a) manter escrituração contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com recursos da parceria;

b) prestar contas dos recursos públicos recebidos por meio deste termo de colaboração, separadamente de acordo com a fonte do recurso financeiro, observado o disposto nos arts. 79, 82, 87 e 89 do Decreto Municipal nº 11.434/17;

c) divulgar suas ações todas as parcerias celebradas com o Poder Público na Internet e em locais destacados em suas sedes sociais e em seus estabelecimentos, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014 e art. 5º do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

d) depositar os recursos recebidos em decorrência da parceria em conta corrente específica em instituição financeira pública isenta de tarifa bancária, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 13.019/2014, cujo montante deverá obrigatoriamente ser aplicado em cadernetas de poupanças ou em fundo de aplicação de curto prazo até sua ulterior utilização nos fins da parceria, nos moldes do art. 61, §2º do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

e) conceder livre acesso de documentos, de informações, de locais de execução do objeto da parceria aos agentes públicos dos órgãos ou entidades governamentais responsáveis pela transferência dos recursos empregados na parceria, bem como aos auditores de controle interno do ente federativo titular ou transferidor dos recursos envolvidos no escopo deste termo de colaboração e aos servidores do Tribunal de Contas responsável pela fiscalização da boa utilização dos recursos públicos aplicados nos projetos e atividades da parceria.

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto do presente termo, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL a inadimplência da ENTIDADE PARCEIRA em relação aos referidos pagamentos, aos ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou aos danos decorrentes de sua execução;



h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na Internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste termo de colaboração, contendo, pelo menos, os itens a que se refere o art. 4º, §2º do Decreto Municipal nº 11.434/2017;

i) executar a parceria com estrita observância das cláusulas pactuadas e do plano de trabalho em anexo, sendo vedada a utilização dos recursos para pagamento de despesas previstas no art. 59 do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

j) observar as normas específicas e as orientações dos órgãos e conselhos gestores das políticas públicas setoriais ao objeto da parceria;

k) manter-se condizente com os requisitos legais e regulamentares de habilitação atestados como presentes quando da oportunidade da assinatura da parceria durante toda a vigência deste instrumento.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1. O montante total de recursos a serem empregados na execução do objeto do presente Termo de Colaboração é de R\$ 76.464,70 (setenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos), sendo o valor de R\$ 46.464,70 (quarenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos) repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Araraquara financiados com recursos estaduais e o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) repassados pelo Fundo Municipal de Assistência Social de Araraquara financiados com recursos federais.

3.2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá, para execução do presente termo de colaboração, recursos a título de subvenção, o valor R\$ 46.464,70 (quarenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos) provenientes de recurso estaduais conforme autorizado pela Lei Municipal nº 11.389, de 21 de novembro de 2024, e o valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) provenientes de recursos federais conforme autorizado pela Lei Municipal nº 101.387, de 21 de novembro de 2024.

3.3. Os recursos estaduais oriundos do Fundo Estadual da Assistência Social da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social, serão repassados em 12 (doze) parcelas (conforme tabela 1), nos meses de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária nº 1537- 12.01.3.3.50.43.08.243.0074.02.164.02-5000076, Gestão Fundo Municipal de Assistência Social.

Tabela 1

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
PARCELAS	VALORES
1ª	R\$ 3.872,10
2ª	R\$ 3.872,10
3ª	R\$ 3.872,05
4ª	R\$ 3.872,05
5ª	R\$ 3.872,05
6ª	R\$ 3.872,05
7ª	R\$ 3.872,05
8ª	R\$ 3.872,05
9ª	R\$ 3.872,05
10ª	R\$ 3.872,05
11ª	R\$ 3.872,05
12ª	R\$ 3.872,05
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 46.464,70</b>





Fonte: recursos próprios de fundos especiais e despesa – R\$ 46.464,70 (quarenta e seis mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos).

3.4. Os recursos federais oriundos do Fundo Nacional da Assistência Social da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social do Ministério da Cidadania, serão repassados em 12 (doze) parcelas (conforme tabela 2), nos meses de janeiro de 2025 a dezembro de 2025, correndo a despesa à conta da Dotação Orçamentária nº 616- 12.01.3.3.50.43.08.243.0074.2.164.05-500000060, Gestão Fundo Municipal de Assistência Social.

Tabela 2

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO	
PARCELAS	VALORES
1ª	R\$ 2.500,00
2ª	R\$ 2.500,00
3ª	R\$ 2.500,00
4ª	R\$ 2.500,00
5ª	R\$ 2.500,00
6ª	R\$ 2.500,00
7ª	R\$ 2.500,00
8ª	R\$ 2.500,00
9ª	R\$ 2.500,00
10ª	R\$ 2.500,00
11ª	R\$ 2.500,00
12ª	R\$ 2.500,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 30.000,00</b>

Fonte: recursos próprios de fundos especiais e despesa R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

3.5. Em caso de termos aditivos, indicar-se-ão os créditos para cobertura de cada parcela da despesa a ser transferida em exercício futuro.

3.6. Os montantes dos repasses serão direcionados de acordo com as disposições da Lei Municipal nº 11.389, datada de 21 de novembro de 2024 e da Lei Municipal nº 11.387, de 21 de novembro de 2024, os quais serão transferidos conforme o cronograma de desembolso estabelecido no Plano de Trabalho em apêndice.

3.7. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública determinada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL.

3.8. Eventuais rendimentos dos ativos financeiros repassados serão aplicados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

#### CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL transferirá os recursos em favor da ENTIDADE PARCEIRA, conforme o cronograma de desembolso, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

4.2. Os recursos recebidos em decorrência da parceria serão depositados em conta corrente específica, isenta de tarifa bancária na instituição financeira pública.



4.3. As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

4.3.1. Quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

4.3.2. Quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da ENTIDADE PARCEIRA em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração;

4.3.3. Quando a ENTIDADE PARCEIRA deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.4. Verificada qualquer irregularidade instaurar-se-á o procedimento administrativo a que se referem os parágrafos do art. 53 do Decreto Municipal nº 11.434/2017, com oportunidade de contraditório, permanecendo retidas as parcelas futuras até ulterior decisão.

4.5. As parcelas previstas no cronograma de desembolso serão liberadas após:

4.5.1 ateste do gestor da parceria acerca da inexistência dos impedimentos da cláusula 4.3;

4.5.2. apresentação da prestação de contas da (s) parcela (s) anterior (es), nos termos do disposto no Capítulo VI do Decreto Municipal 11.434/2017;

4.5.3 Verificação da regularidade das certidões de que trata o inciso II do §1º do artigo 33 do Decreto Municipal 11.434/2017.

4.6. Os recursos da parceria serão geridos exclusivamente pela ENTIDADE PARCEIRA, inclusive pelas executantes não celebrantes na atuação em rede, quando for o caso, e estão vinculados ao plano de trabalho, não caracterizando receita própria e nem pagamento por prestação de serviços, devendo ser alocados nos seus registros contábeis conforme Normas Brasileiras de Contabilidade.

4.7. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou outra forma de extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive aqueles provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

#### CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DE DESPESAS E GERENCIAMENTO DE RECURSOS DA PARCERIA

5.1. As despesas relacionadas à execução da presente parceria serão executadas em estrita observância às cláusulas pactuadas, ao art. 46 da Lei Federal nº 13.019/2014, ao art. 60 do Decreto Municipal nº 11.434/2017, ao plano de trabalho, parte indissociável deste termo de colaboração previamente aprovado pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, sendo vedado:

5.1.1 Utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;



5.1.2 Pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

5.1.3 Pagar despesas a título de taxa de administração;

5.1.4 Pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

5.1.5 pagamento em espécie.

5.2. Incumbe exclusivamente à ENTIDADE PARCEIRA o gerenciamento administrativo e financeiros dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal.

5.3. A ENTIDADE PARCEIRA fica obrigada a restituir todos os recursos irregularmente aplicados e em desconformidade com as normas do Decreto Municipal nº 11.434/2017 e da Lei Federal nº 13.019/2014, e, especialmente, nos casos de aplicação em despesas vedadas e na oportunidade da extinção da parceria em decorrência de sua ação ou omissão.

5.4. Os rendimentos da aplicação financeira poderão ser utilizados no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

5.5. O pagamento de despesas da ENTIDADE PARCEIRA relacionadas com equipe de trabalho e custos indiretos observará o regramento dos parágrafos do art. 60 do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

5.6. Para contratação da equipe dimensionada no plano de trabalho, a ENTIDADE PARCEIRA deve adotar procedimento de seleção com métodos usualmente utilizados pelo setor privado, condizentes com a capacidade de execução do trabalho proposto.

5.7. As compras efetuadas pela ENTIDADE PARCEIRA, feitas com o uso dos recursos da parceria, considerarão práticas de mercado e observarão os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade.

5.7.1 A ENTIDADE PARCEIRA deverá verificar a compatibilidade entre o valor previsto para realização da despesa, aprovado no plano de trabalho, e o valor efetivo da compra ou contratação.

5.7.2 Se o valor efetivo da compra ou da contratação for superior ao previsto no plano de trabalho, a ENTIDADE PARCEIRA deverá demonstrar a compatibilidade do valor efetivo com os novos preços praticados no mercado.

5.8. Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica com a identificação do beneficiário final.

5.8.1. Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, por meio de transferências eletrônicas, débitos automáticos, boletos bancários ou outra forma regulamentada pelo Sistema Financeiro Nacional, sendo vedada o pagamento em espécie;





5.9. Iniciada a vigência da parceria, na hipótese de ocorrer o atraso na liberação dos recursos, fica autorizado à ENTIDADE PARCEIRA ressarcir-se das despesas despendidas e devidamente comprovadas, no cumprimento das ações pactuadas no plano de trabalho.

5.9.1 O ressarcimento à ENTIDADE PARCEIRA por pagamentos realizados às próprias custas, nos termos do previsto no item 5.9, será realizado por meio de transferência eletrônica da conta específica da presente parceria para outra conta de titularidade da ENTIDADE PARCEIRA.

5.10. A OSC somente poderá pagar despesas em data posterior ao término da execução do termo de colaboração quando o fato gerador da despesa tiver ocorrido durante sua vigência;

5.11 O provisionamento de verbas rescisórias da equipe de trabalho contratada pela ENTIDADE PARCEIRA para execução desta parceria obedecerá ao disposto no art. 65 a 69 do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

## CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Termo de Colaboração terá vigência a partir de 22/01/2025, conforme a publicação de seu extrato na imprensa oficial, e vigorará até 31/12/2025, conforme prazo previsto para execução integral do objeto constante do Plano de Trabalho.

6.2. Serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente termo de colaboração sempre que necessário ao atendimento do interesse público, mediante proposta da ENTIDADE PARCEIRA ou da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, desde que devidamente justificadas e formuladas, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

6.3. Toda e qualquer prorrogação de vigência deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

6.4. Para prorrogação do prazo de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 11.434/2017, é necessário parecer do gestor, atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o atraso na execução das metas, seguido de aprovação do Secretário Municipal responsável pela parceria.

6.5 O prazo de vigência da parceria consubstanciada no presente termo não poderá exceder a 60 (sessenta) meses, compreendida toda e qualquer prorrogação.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE

7.1. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, por meio da Secretaria Municipal de Comunicação Social, manterá no sítio eletrônico oficial do Município espaço destinado à divulgação de informações relacionadas às parcerias com as Organizações da Sociedade Civil.

7.1.1. As informações a serem divulgadas no sítio eletrônico oficial do Município serão encaminhadas pelo Secretário Municipal responsável pela presente parceria à Secretaria Municipal de Comunicação Social para que este órgão providencie a atualização do espaço eletrônico, no prazo legal ou regulamentar, ou, à falta de prazo definido em lei, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas do recebimento da informação.



7.2. As informações da presente parceria, seu plano de trabalho e os demais elementos a que se refere o art. 4º, §2º do Decreto Municipal nº 11.434/2017 deverão constar no espaço eletrônico na Internet, pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento da execução dos trabalhos.

7.3. Serão igualmente mantidos no espaço eletrônico, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias após o encerramento ou consumação do ato, os documentos referentes à evolução da prestação de contas do beneficiado por esta parceria.

7.4. A ENTIDADE PARCEIRA deverá divulgar na Internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas atividades, todas as parcerias celebradas com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, observado o rol mínimo dos dados e elementos do art. 4º, §2º do Decreto Municipal nº 11.434/2017

7.5. A divulgação na Internet a encargo da ENTIDADE PARCEIRA dar-se-á, preferencialmente, por meio de seu site e, na hipótese de inexistência do sítio eletrônico, em blog, redes sociais, ou outros veículos de comunicação.

7.5.1 A obrigação de divulgação da parceria em locais visíveis poderá se dar por meio de afixação da íntegra do plano de trabalho no quadro geral de avisos da ENTIDADE PARCEIRA.

7.6. É de obrigação do gestor da parceria, a verificação do dever de transparência e de divulgação a que se refere esta cláusula que fiquem sob encargo da ENTIDADE PARCEIRA.

7.7. No espaço eletrônico de domínio da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL haverá informação e orientações para representação de irregularidades no âmbito da parceria, que poderá ser oferecida em meio eletrônico ou físico, preferencialmente por meio de formulário, devendo ser direcionada à Secretaria administradora da parceria.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DESEMBOLSO DOS RECURSOS

8.1. A prestação de contas apresentada pela ENTIDADE PARCEIRA deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

8.2. A análise da execução do objeto consiste na verificação do cumprimento das metas e dos resultados, tendo como base os indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho e na verificação do alcance dos resultados, devendo considerar a verdade real e os resultados alcançados.

8.3. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

8.4. A periodicidade da prestação de contas variará conforme a extensão do prazo de vigência da parceria consubstanciada neste termo de colaboração e o número de parcelas previstas para serem desembolsadas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no respectivo cronograma.

8.3.1 Qualquer modalidade de prestação de contas será realizada em conformidade com as normas regulamentares dispostas no Capítulo VI do Decreto Municipal nº 11.434/17 (art. 79 a 100).



8.3.2 O gestor da parceria e a Secretaria Municipal gestora responsável pela política pública a que se refere a presente parceria notificarão formalmente a ENTIDADE PARCEIRA, em até 30 (trinta) dias após a vigência deste termo de colaboração, informando qual será a periodicidade da prestação de contas compatível com a extensão da vigência deste termo de colaboração e a complexidade do objeto deste ajuste, observadas as normas, a forma e os documentos exigidos pela legislação a que se refere a cláusula 8.3.1.

8.4. Qualquer modalidade de prestação de contas relativa à execução deste termo de colaboração terá como conteúdo mínimo, os seguintes relatórios a serem apresentados pela ENTIDADE PARCEIRA:

8.4.1. Relatório de execução do objeto contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

8.4.2. Relatório de execução financeira do objeto com descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.5. Se a duração da parceria exceder 1 (um) ano, a ENTIDADE PARCEIRA deverá apresentar prestação de contas ao fim de cada exercício, para fins de monitoramento do cumprimento das metas do objeto.

8.6. Serão devolvidos os valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente e aqueles que forem aplicados em finalidade diversa da prevista nos termos de colaboração.

8.7. Os originais dos documentos relativos à prestação de contas deverão ser apresentados na Gerência de Parcerias da Secretaria Municipal de Governo, Planejamento e Finanças, para que esse ateste a conferência nas cópias, não sendo aceitos, documentos ilegíveis, com rasuras ou com prazo de validade vencido.

8.8 Os procedimentos de prestação de contas a encargo da ENTIDADE PARCEIRA não impedem que a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL promova a instauração de tomada de contas especial a qualquer momento após a liberação de quaisquer recursos envolvidos nesta parceria.

8.9. A cada repasse das parcelas, será verificada a regularidade fiscal da ENTIDADE PARCEIRA, por meio de consulta às certidões a que trata o inciso II, §1º do art. 33 do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

8.10. Constatada qualquer irregularidade durante os procedimentos de prestação de contas e aberto o contraditório à ENTIDADE PARCEIRA, será concedido prazo para que esta sane a irregularidade ou cumpra a obrigação, na forma das disposições os art. 88, §2º e art. 98 do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

8.11 Todo e qualquer procedimento de prestação de contas observará obrigatoriamente 2 (duas) fases:

8.11.1 Apresentação de contas, na forma e na periodicidade indicada na cláusula 8.3, cuja responsabilidade é da ENTIDADE PARCEIRA;





8.11.2 Análise, exame e manifestação conclusiva das contas apresentadas a ser realizada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL nos conformes dos procedimentos e atos descritos no Decreto Municipal nº 11.434/2017.

## CLÁUSULA NONA - DO MONITORAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O gestor da presente parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de sua execução, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do encerramento do período estipulado na cláusula OITAVA para fins de prestação de contas a encargo da ENTIDADE PARCEIRA.

9.1.1 O relatório técnico deve conter, sem prejuízo de outros elementos, os itens descritos no art. 74, §1º do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

9.1.2 Elaborado o relatório a que se refere esta cláusula, o gestor o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada para o acompanhamento da execução desta parceria;

9.2. Na hipótese do relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como, desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da ENTIDADE PARCEIRA, proceder-se-á conforme rito previsto no art. 74, §2º do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

9.3. Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, através do órgão responsável pela política pública em implementação ou desenvolvimento, realizará pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas

9.4. O relatório técnico de monitoramento e avaliação será homologado pela Comissão de Monitoramento e Avaliação no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento.

9.4.1 O monitoramento e a avaliação da parceria executada com recursos de fundo específico serão realizados por Comissão de Monitoramento e Avaliação a ser constituída pelo respectivo conselho gestor, conforme legislação específica, respeitadas as exigências da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações, e do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

9.5. Os demais procedimentos relacionados com o monitoramento e a avaliação desta parceria serão realizados de acordo com os arts. 70 a 78 do Decreto Municipal nº 11.434/17.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1. A vigência da parceria poderá ser alterada na forma da cláusula 6ª.

10.2. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, através do Chefe de seu Poder Executivo, poderá autorizar ou propor a alteração do termo de colaboração ou do plano de trabalho, após, respectivamente, solicitação fundamentada da ENTIDADE PARCEIRA ou a sua anuência, desde que não haja alteração do objeto, da seguinte forma:

10.2.1. Por termo aditivo à parceria para:

10.2.1.1. Ampliação ou redução do valor global até o limite de 30% (trinta por cento);

10.2.1.2. Prorrogação da vigência;

10.2.1.3. Alteração da destinação dos bens remanescentes; ou

10.2.2. Por certidão de apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

10.2.2.1. Ajustes da execução do objeto da parceria no plano de trabalho;

10.2.2.2. Remanejamento de recursos sem a alteração do valor global;



10.2.2.3 Prorrogação da vigência da parceria, antes de seu término, quando a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

10.2.2.4 Indicação dos créditos orçamentários de exercícios futuros;

10.2.2.5 Por interesse público devidamente justificado.

10.3. A prorrogação de vigência de ofício a que se refere à cláusula 10.2.2.3 tem por objetivo, ajustar o prazo de execução das ações, a fim de não causar prejuízo na conclusão do objeto, não resultando, neste caso, novo aporte de recursos financeiros.

10.4 Os remanejamentos a que se refere a cláusula 10.2.2.2 deverão sempre ocorrer dentro de cada categoria econômica da despesa corrente ou de capital.

10.4.1. Na prestação de contas de incumbência da ENTIDADE PARCEIRA não serão aceitas despesas oriundas de remanejamentos efetuados sem a observância do procedimento citado acima.

10.5. Quando a proposta de alteração do termo de colaboração ou plano de trabalho advir da ENTIDADE PARCEIRA, o gestor da parceria terá o prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento do requerimento, para se manifestar formalmente contra ou a favor das modificações pretendidas pela ENTIDADE PARCEIRA, declarando em que extensão se dará a concordância ou a rejeição.

10.6. Quando a alteração for proposta pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, a ENTIDADE PARCEIRA terá prazo de até 10 (dez) dias, contado a partir do recebimento da proposta, para se manifestar formalmente contra ou a favor as modificações pretendidas pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, declarando em que extensão se dará a concordância ou a rejeição.

10.7. No caso de término da execução da parceria antes do acordo de vontades positivo no sentido de aditar o termo de colaboração ou o plano de trabalho deste, a custódia dos bens remanescentes e aqueles aplicados à parceria permanecerão sob a responsabilidade da ENTIDADE PARCEIRA até a decisão final.

10.8. Todo aditivo proposto pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no termo de colaboração ou no plano de trabalho deve ser precedida de manifestação do gestor da parceira, de aprovação e justificativa do Secretário Municipal gestor da política pública em execução compartilhada.

10.9 Nas propostas da ENTIDADE PARCEIRA é seu dever justificá-la e submetê-la para aprovação do Secretário Municipal gestor da política pública em execução compartilhada, após a manifestação do gestor da parceira.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

11.1. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 11.434/2017, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, desde que garantida prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

11.1.1 Advertência;

11.1.2 Suspensão temporária da participação em chamamento público e proibição de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, por prazo não superior a 2 (dois) anos;



11.1.3 Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, nos termos do art. 73, inciso III da Lei Federal nº 13.019/2014.

11.2 O ato de aplicação das penalidades corresponderá à tipicidade das infrações descritas no art. 101, §1º e §2º do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

11.3 As sanções estabelecidas nas cláusulas 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 são de competência exclusiva de Secretário Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

11.4. O procedimento administrativo de aplicação de penalidades, a oportunidade de defesa e a possibilidade de interposição de recursos contra as decisões que imponham sanções são regulados pelos arts. 101 a 112 do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

11.5. A aplicação das penalidades previstas não substitui ou atenua a responsabilidade civil, penal ou administrativas cabíveis, podendo, inclusive, se dar de forma cumulativa.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1. O presente termo de colaboração poderá ser:

12.1.1 Denunciado a qualquer tempo, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para paralisação da execução da parceria, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações relativas ao tempo em que participaram de forma voluntária da avença, auferindo as vantagens decorrentes deste tempo.

12.1.2 Rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas neste tempo;
- c) falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado;
- d) ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

12.2. Na hipótese de inexecução por culpa ou dolo imputados à ENTIDADE PARCEIRA, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

12.2.1 Retomar os bens públicos em poder da organização da ENTIDADE PARCEIRA, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

12.2.2 Assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela ENTIDADE PARCEIRA até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

12.3 Extinta a parceria por qualquer motivo previsto ou não nesta cláusula, incidirá o dever de restituição a que refere a cláusula 4.7 deste instrumento e o art. 52 da Lei Federal nº 13.019/2014.

## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE





13.1. A eficácia do presente termo de colaboração ou de seus aditamentos que impliquem em alteração da execução do objeto descrito neste instrumento ficará condicionada à publicação do respectivo extrato resumido no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS BENS REMANESCENTES

14.1 Os bens remanescentes serão de propriedade da ENTIDADE PARCEIRA e serão gravados com cláusula de inalienabilidade, salvo nos casos de a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL deles necessitar para assegurar a continuidade do objeto da presente parceria, hipótese em que se reverterão ao patrimônio público municipal.

14.2 A presente cláusula, na forma do art. 44, §2º do Decreto Municipal nº 11.434/2017, formaliza promessa certa de transferência da propriedade dos bens remanescentes à Administração Pública, na hipótese de sua extinção

14.3. Havendo necessidade dos bens remanescentes para fins de execução direta ou indireta do objeto da parceria pela ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, deverá a ENTIDADE PARCEIRA, a partir da data da prestação final de contas, disponibilizá-los para retirada no prazo de 30 (trinta) dias

14.4 As demais questões relativas aos bens remanescentes seguirão as normas e os procedimentos do art. 44, do Decreto Municipal nº 11.434/2017.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

15.1. Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

15.1.1 As comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por e-mail institucional e consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

15.1.2 Toda comunicação, mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail ou qualquer outro meio idôneo, **constarão dos autos administrativos que formalizarem as fases, etapas e instrumentos da parceria.**

15.1.3 As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações diretas ou indiretas neste termo de colaboração, serão aceitas somente caso sejam registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

16.1 – As Partes reconhecem que, para a execução do Termo, será necessário o tratamento de dados pessoais, e se comprometem a cumprir as disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (“LGPD”), conforme periodicamente alterada, bem como das demais leis e regulamentos relacionados à proteção de dados pessoais e privacidade que possam ser aplicados a qualquer tratamento de Dados Pessoais no âmbito do Termo (“Legislação de Proteção de Dados Aplicável”).

16.2 – As Partes se comprometem a somente utilizar as informações e dados pessoais compartilhados para a realização das atividades decorrentes do objeto do presente Termo.



16.3 – As Partes se comprometem a manter registros de todas e quaisquer atividades relacionadas aos dados pessoais compartilhados ou obtidos em decorrência do Termo, fornecendo tais registros sempre que solicitados, de forma justificada.

16.4 – As Partes adotarão todas as medidas técnicas de segurança razoáveis, de acordo com o padrão de mercado e a legislação brasileira, para resguardar os dados pessoais tratados em decorrência do presente Termo, mantendo a outra parte indene de quaisquer danos ou prejuízos decorrentes de qualquer tratamento de dados realizado em desacordo com esse Termo e/ou a Legislação de Proteção de Dados Aplicável. Parágrafo Único. Para os fins desta Cláusula, consideram-se dados pessoais toda e qualquer informação relacionada a uma pessoa natural identificada ou identificável, conforme definido na LGPD.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

16.1. Será competente para dirimir as controvérsias deste termo de colaboração o foro da comarca de Araraquara/SP, com renúncia expressa de outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória prévia tentativa de solução administrativa, com participação da PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas por todos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Araraquara/SP,

---

LUCIMEIRE DE FÁTIMA LAURINDO  
Secretária Municipal Assistência e Desenvolvimento Social

---

RICARDO CAPPARELLI  
Presidente  
Representante legal do Lar da Criança Renascer



**LAR DA CRIANÇA  
RENASCER**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 029/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PAG. 89, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-10  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIA Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012238/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## **ANEXO XI**

### **DECLARAÇÃO DE NÃO OCORRÊNCIA DE IMPEDIMENTOS DA LEI Nº 13.019/2014**

Eu, Ricardo Capparelli, brasileiro, portador e inscrito CPF nº 549.332.008-82, representante legal da Organização da Sociedade Civil LAR DA CRIANÇA RENASCER nº 74.493.065.0001-52, declaro para os devidos fins e sob penas previstas no Art. 299 do código penal, que a organização em tela não se encontra em nenhuma das situações de impedimento da celebração de quaisquer tipos de parcerias conforme disposto no Art. 39 da lei 13.019/2014.

Araraquara 16 de Dezembro 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente

---

Rua Paulo Elias Antonio, 919 - CEP 14807-268 - Jd. Água Branca - Fone: (16) 3334-7154 - Araraquara-SP

**“ADOpte UM CORAÇÃO QUE BATE SEM DIREÇÃO”**

Visite nosso site: [www.orfanatorenascer.com.br](http://www.orfanatorenascer.com.br) • E-mail: [lardacriancaenascer@yahoo.com.br](mailto:lardacriancaenascer@yahoo.com.br)





**LAR DA CRIANÇA  
RENASCER**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 019/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 16/04/2002, PÁGS. 99, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004. PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08016.012138/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## **ANEXO X**

### **DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE ENTRE ENTIDADE E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

A Organização da Sociedade Civil Lar da criança Renascer, estabelecida na cidade de Araraquara, SP a sito Rua Paulo Elias Antônio nº 919, CEP: 14.807-268, inscrita no CNPJ sob o nº 74.493.065.0001-52 e Inscrição Municipal nº 100295, vem através de seu representante, Ricardo Capparelli, e CPF nº 549.332.008-82 declarar que as pessoas contratadas para execução do projeto em parceria com o Município de Araraquara não são servidores ou empregados públicos, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da administração pública celebrante, bem como seus respectivos cônjuges, companheiros ou parentes, até o segundo grau, em linha reta, colateral ou por afinidade.

Araraquara 16 de Dezembro 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente

---

Rua Paulo Elias Antonio, 919 - CEP 14807-268 - Jd. Água Branca - Fone: (16) 3334-7154 - Araraquara-SP

**“ADOTE UM CORAÇÃO QUE BATE SEM DIREÇÃO”**

Visite nosso site: [www.orfanatorenascer.com.br](http://www.orfanatorenascer.com.br) • E-mail: [lardacriancarenascer@yahoo.com.br](mailto:lardacriancarenascer@yahoo.com.br)



**LAR DA CRIANÇA  
R E N A S C E R**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 019/99 REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/04/2002, PÁGS. 99, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17 DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08016.012138/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO D.O.U. DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71016.000112/2005-11

## **ANEXO XII**

### **DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

A Organização da Sociedade Civil Lar da Criança Renascer, estabelecida na cidade de Araraquara/SP, sito a Rua Paulo Elias Antônio nº 919, CEP:14.807-268, inscrita no CNPJ sob o nº74.493.065.0001-52, e Inscrição Municipal nº 100295, vem através de seu representante, Ricardo Capparelli, CPF nº.549.332.008, declarar para os devidos fins, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre não emprega menor de 16 anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 anos.

Araraquara 16 de Dezembro 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente

---

Rua Paulo Elias Antonio, 919 - CEP 14807-268 - Jd. Água Branca - Fone: (16) 3334-7154 - Araraquara-SP

**“ADOpte UM CORAÇÃO QUE BATE SEM DIREÇÃO”**

Visite nosso site: [www.orfanatorenascer.com.br](http://www.orfanatorenascer.com.br) • E-mail: [lardacriancarenascer@yahoo.com.br](mailto:lardacriancarenascer@yahoo.com.br)



**LAR DA CRIANÇA  
R E N A S C E R**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 019/99 REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/04/2002, PÁG. 99, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17 DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08016.012138/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO D.O.U. DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71016.000112/2005-11

### **ANEXO XIII**

### **DECLARAÇÃO ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA**

A OSC Lar da Criança Renascer estabelecida na cidade de Araraquara, estado de SP, sito a Rua Paulo Elias Antônio, CEP: 14807-288 inscrita no CNPJ sob o nº.74.493.065.0001-52 e Inscrição Municipal nº.100295, vem através de seu representante, Ricardo Capparelli, portador do RG nº 4.109.311-2 e CPF nº 549.332.008-82, declarar abertura da conta bancária nº **19150-7** no Banco do Brasil Agência **3405-3** na cidade de Araraquara, especificamente para gestão dos recursos oriundos da celebração da parceria referente ao EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO nº 001/2025.

Araraquara 16 de Dezembro 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente

---

Rua Paulo Elias Antonio, 919 - CEP 14807-268 - Jd. Água Branca - Fone: (16) 3334-7154 - Araraquara-SP

**"ADOTE UM CORAÇÃO QUE BATE SEM DIREÇÃO"**

Visite nosso site: [www.orfanatorenascer.com.br](http://www.orfanatorenascer.com.br) • E-mail: [lardacriancarenascer@yahoo.com.br](mailto:lardacriancarenascer@yahoo.com.br)





**LAR DA CRIANÇA  
RENASCER**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 019/99 REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/04/2002, PÁG. 99, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 25/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17 DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012138/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO D.O.U. DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71016.000112/2005-11

#### **ANEXO XIV**

### **DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO DE DÉBITOS COM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** **REFERENTE A TERMOS DE COLABORAÇÃO,** **FOMENTO, CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES, SUBVENÇÕES** **SOCIAIS, CONTRIBUIÇÕES, AUXÍLIOS OU SIMILARES**

A Organização da Sociedade Civil Lar da criança Renascer, estabelecida na cidade de Araraquara, sito Rua Paulo Elias Antônio nº 919, CEP: 14.807-268, inscrita no CNPJ sob o nº 74.493.065.0001-52 e Inscrição Municipal nº 100295, vem através de seu representante, Ricardo Capparelli, e CPF nº 549.332.008-82 declarar que a entidade não está em falta com relação às prestações de contas, relativas a recursos anteriormente recebidos da administração pública mediante convênios acordos, ajustes, subvenções, auxílios ou similares.

Araraquara 16 de Dezembro 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente

---

Rua Paulo Elias Antonio, 919 - CEP 14807-268 - Jd. Água Branca - Fone: (16) 3334-7154 - Araraquara-SP

**“ADOTE UM CORAÇÃO QUE BATE SEM DIREÇÃO”**

Visite nosso site: [www.orfanatorenascer.com.br](http://www.orfanatorenascer.com.br) • E-mail: [lardacriancaenascer@yahoo.com.br](mailto:lardacriancaenascer@yahoo.com.br)



**LAR DA CRIANÇA  
R E N A S C E R**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 019/99 REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO DE 26/04/2002, PÁGS 99, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17 DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004. PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012138/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO D.O.U. DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## **ANEXO XV**

### **DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DA DIVULGAÇÃO DA PARCERIA DA INTERNET**

Eu, Ricardo Capparelli, brasileiro, inscrito no CPF Nº 4.109.311-2, representante legal da Organização da Sociedade Civil Lar da Criança Renascer.

DECLARO para os devidos fins e sob penas da lei, que a organização em tela se compromete em atender o disposto no Art. 11 da Lei 13.019/2014 e art. 5º do Decreto Municipal nº 11.434/2017, de forma especial a divulgação na internet e em locais visíveis da sede social e, quando for o caso, nos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o município de Araraquara.

DECLARO também que será divulgado em site oficial da entidade todos atos consistentes as informações sobre atividades e resultados, o estatuto social atualizado; termos de ajustes; planos de trabalho; relação nominal dos dirigentes, valores repassados; lista de prestadores de serviços(pessoas físicas e jurídicas) e os respectivos valores pagos; remuneração individualizada dos dirigentes e empregados com os respectivos nomes, cargos e funções ;balanços e demonstrações contábeis e os relatórios físicos-financeiros de acompanhamentos ,regulamentos, regulamento de compras e de contratação de pessoal.

Araraquara 16 de Dezembro 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente



**LAR DA CRIANÇA  
RENASCER**

FUNDADO EM 10/02/1994 - D.O.E. EM 13/05/1994

REGISTRADO NO 2º CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DA COMARCA DE ARARAQUARA  
SOB O Nº 1.269 - LIVRO A-2 FLs. 46 - CNPJ 74.493.065/0001-52 - ALVARÁ MUNICIPAL 775/94 - PROMOÇÃO SOCIAL Nº 019/99  
REGISTRADO NO CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO  
DE 26/04/2002, PÁG. 99, PROCESSO Nº 44.006.001486/2001-16  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA MUNICIPAL - ATRAVÉS DO DECRETO Nº 7.493 EM 23/08/1999 - REGISTRO NO COMCRIAR Nº 17  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL - LEI Nº 11.720 DE 24 DE MAIO DE 2004, PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO  
EM 25 DE MAIO DE 2004 (PODER EXECUTIVO SEÇÃO I)  
DECLARADO DE UTILIDADE PÚBLICA FEDERAL - PROCESSO MJ 08026.012138/2004-33 - PORTARIA Nº 3.415 DE 16/11/2004 PUBLICADO NO  
DOU DE 17/11/2004  
CERTIFICADO DE ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - D.O.U. 06/07/2006 - PROCESSO 71010.000112/2005-11

## **ANEXO XV**

### **DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE**

Eu, Ricardo Capparelli, brasileiro, CPF Nº 549.332.008-82 residente e domiciliado à Rua Itália Comito Lima, nº 301, representante legal da Organização da Sociedade civil Lar da criança Renascer Inscrita no CNPJ:74.493.065.0001-52, na forma da Lei, DECLARO que a Organização em tela não cobra quaisquer tipos de pagamentos pelos serviços prestados aos seus beneficiários, do presente projeto pactuado.

Araraquara 16 de Dezembro 2025

Ricardo Capparelli  
Presidente

---

Rua Paulo Elias Antonio, 919 - CEP 14807-268 - Jd. Água Branca - Fone: (16) 3334-7154 - Araraquara-SP

**“ADOpte UM CORAÇÃO QUE BATE SEM DIREÇÃO”**

Visite nosso site: [www.orfanatorenascer.com.br](http://www.orfanatorenascer.com.br) • E-mail: [lardacriancarenascer@yahoo.com.br](mailto:lardacriancarenascer@yahoo.com.br)





**COMCRIAR**

**CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA  
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ARARAQUARA**

**Nº 17**

**2022/2026**

**CERTIFICADO DE REGISTRO DE ENTIDADE**

O **COMCRIAR** – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Araraquara, nos termos do artigo 91 do estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990) – **CERTIFICA** para os devidos fins que a Organização Não Governamental:

**Lar da Criança Renascer**

**CNPJ 74.493.065/0001-52**

Requeru e teve aprovada pelo Plenário em sessão de 01 de novembro de 2022 seu **PLANO ANUAL DE TRABALHO 2022**, por atender as diretrizes da Política Pública Municipal de Garantia e Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, pelo que fica regularmente registrada neste Conselho sob o **nº17** está apta a atuar no âmbito de tal Política Pública Municipal, no período de **01 de novembro de 2022 a 01 de novembro de 2026** para funcionamento com Unidades e Regimes de Atendimento, Programas de Ações inscritos e demais condições apontadas naquele Plano de Trabalho apresentado e ora aprovado.

Araraquara, 03 de novembro de 2022

*Walkiria Maria do Amaral*

Walkiria Maria do Amaral  
Presidente COMCRIAR

